



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS**

**Título: Sinonímia Terminológica nos Despachos e Regulamentos do Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior: Proposta de harmonização**

**Mestrando: Indira Luísa Felícia Fernando**

**Orientador: Professora Doutora Ana Paula Banza**

**Mestrado em Línguas e Linguística**

**Área de especialização: *Ciências da Linguagem***

**Dissertação para a obtenção do grau de Mestre.**

**Évora, Ano 2017**

**Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.**



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS**

**Título: Sinonímia Terminológica nos Despachos e Regulamentos do Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior: Proposta de harmonização**

**Mestrando: Indira Luísa Felícia Fernando**

**Orientador: Professora Doutora Ana Paula Banza**

**Mestrado em Línguas e Linguística**

**Área de especialização: *Ciências da Linguagem***

**Dissertação para a obtenção do grau de Mestre.**

**Évora, Ano 2017**

**Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.**

## **DEDICATÓRIA**

À minha querida mãe, amor maior...

(Maria Felícia Imtumba)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui e por mais uma etapa da minha vida académica e profissional.

À minha querida mãe, Maria Felícia, irmã, Ianny Dala, e à minha tia, Ana Guilhermina, por estarem sempre presentes em tudo quanto sou hoje.

À Professora Doutora Ana Paula Banza, minha orientadora, pelo apreço, disponibilidade e pelo apoio científico e bibliográfico.

Ao Professor Doutor Adão do Nascimento e à Dra. Paula Henriques, pela integração no grupo de quadros do Ministério do Ensino Superior para a formação pós-graduada em Portugal.

A todos os professores do Departamento de Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, pela qualidade do curso de mestrado e do perfil de Ciências da Linguagem.

O meu muito obrigado, também, aos meus colegas, em particular ao Nélon Soquessa e ao Araújo dos Anjos, pelo apoio de todas as horas.

## **RESUMO**

A Terminologia pode ser encarada como uma área particular da Lexicologia, uma vez que trata, não de todas as palavras da língua, mas de um léxico de especialidade. Esta dissertação debruça-se sobre o subcódigo da linguagem jurídica, procurando analisar a incidência do uso da sinonímia nos documentos produzidos no gabinete jurídico do Ministério do Ensino Superior de Angola. Neste sentido, pretende-se propor uma harmonização de termos com a finalidade de melhorar a utilização da terminologia e linguagem de especialidade neste departamento ministerial.

A nossa hipótese geral resultou de uma constatação, *a priori*: a inexistência de harmonização de termos jurídicos, não só no Ministério do Ensino Superior, mas também em outras instituições angolanas.

Para a realização deste trabalho, seleccionámos, organizámos e realizámos a análise de um *corpus* de textos administrativos produzidos no gabinete jurídico do Ministério do Ensino Superior de Angola.

**Palavras-chave:** Terminologia, Sinonímia, Harmonização.

## **ABSTRACT**

Synonym Terminology in despatches and regulation of the legal office of the Ministry of Higher Education : Proposal for harmonization.

Terminology can be deemed as a particular area of Lexicology, since its' essence does not concern to a language's entire vocabulary, but to a lexicon of specialty. This dissertation shall focus on the legal language, which can be categorized as a specific category of a language, while to examining the incidence of the use of synonymy in documents produced by Angolan's Ministry of Higher Education legal office. In this sense, we intend to present a harmonization of terms in order to improve the terminology and language of specialty in use at this ministerial department.

Our general thesis resulted from a preceding realization of the lack of harmonization of legal terms not only in the Ministry of Higher Education, but also in other Angolan institutions.

On the course of this task, we selected, organized and performed the analysis of a *corpus* of administrative texts produced by the legal cabinet of the Ministry of Higher Education of Angola.

**Key-words:** Terminology, Synonymy, Harmonization.

## ÍNDICE

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	<b>7</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>8</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>9</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>10</b>
<b>ÍNDICE</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1. Justificativa.....	13
1.2. Objetivos .....	13
1.3. Problema .....	14
1.4. Contextualização .....	15
1.5. Estrutura Orgânica do Ministério do Ensino Superior .....	15
1.6. O Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior .....	17
<b>CAPÍTULO II: FUNDAMENTOS TEÓRICOS</b> .....	<b>19</b>
2.1. Línguas de especialidade.....	20
2.2. Terminologia e línguas de especialidade .....	24
2.3. Socioterminologia.....	32
2.4. Onomasiologia e semasiologia.....	34
2.5. Relações semânticas .....	37
2.5.1. Sinonímia.....	38
<b>Capítulo III: METODOLOGIA</b> .....	<b>43</b>
3.1. O <i>corpus</i> .....	43
3.2. Tipologia das fontes documentais utilizadas .....	46
3.3. Candidatos a termo .....	46
3.3.1. “Transferência” e “mobilidade” .....	Erro! Marcador não definido.
3.3.2. “Pensão de Reforma” e “Reforma por Velhice” .....	49
3.3.3. “Processo disciplinar” e “procedimento disciplinar” .....	50
3.3.4. “Ato de adjudicação” e “adjudicação” .....	51
3.3.5. “Procedimento Concursal” e “Procedimento Concursal Sem Apresentação”. .....	52
3.3.6. “Acordo de Cooperação” e “protocolo de cooperação” .....	53
3.3.7. “Reenquadramento de Funcionário” e “Mobilidade de Funcionário” .....	54

<b><i>CAPÍTULO IV: PARA UMA PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO.....</i></b>	<b><i>56</i></b>
<b><i>4.1. Normalização vs. Harmonização .....</i></b>	<b><i>56</i></b>
<b><i>4.2. Proposta de base de dados terminológica do Ministério do Ensino Superior .....</i></b>	<b><i>65</i></b>
<b><i>CAPÍTULO V: CONCLUSÃO.....</i></b>	<b><i>69</i></b>
<b><i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</i></b>	<b><i>71</i></b>
<b><i>SITOGRAFIA.....</i></b>	<b><i>76</i></b>
<b><i>Documentos oficiais .....</i></b>	<b><i>78</i></b>

## **CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO**

### **1.1. Justificativa**

O presente trabalho, intitulado *Sinonímia Terminológica nos Despachos e Regulamentos produzidos no Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior de Angola: Proposta de harmonização*, inscreve-se no âmbito da realização do Mestrado em Línguas e Linguística, na especialidade de Ciências da Linguagem.

A escolha deste tema resulta das dificuldades verificadas no uso harmonioso da terminologia jurídica em documentos oficiais elaborados em muitas instituições estatais, em particular, no Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior de Angola.

Por outro lado, a grande carência de manuais que instruem sobre os modelos de utilização de terminologia e linguagens de especialidade na elaboração de documentos e textos de especialidade, confirmada pela nossa própria experiência enquanto funcionária do Ministério do Ensino Superior, aponta de forma clara a necessidade de investigação e formação no domínio da elaboração de documentos técnicos e de especialidade.

### **1.2. Objetivos**

O presente estudo tem como objetivo principal propor uma harmonização para a terminologia jurídica usada em textos formais, produzidos no Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior da República de Angola.

Quanto aos objetivos específicos, pretendemos:

- analisar os tipos de sinonímia terminológica frequentes em textos de especialidade;
- propor uma maior exatidão, clareza e objetividade na produção de documentos, mediante partilha harmónica da terminologia utilizada, com vista à melhoria da comunicação institucional;
- sugerir um modelo terminológico, de modo a auxiliar os técnicos do Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior;

- compor um guia de utilização terminológica para auxiliar os técnicos na elaboração de documentos e textos de especialidade;
- propor glossários terminológicos que constituam guias para os técnicos do referido gabinete ministerial.

### **1.3.Problema**

É comum verificar-se, nos documentos oficiais elaborados pelos técnicos do Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior, a utilização de vocábulos cujos significados divergem dos consagrados pela terminologia jurídica. A partir desta constatação, levantámos a questão seguinte:

*Que impacto tem a falta de harmonização terminológica na existência de sinonímia em textos de especialidade?*

Para tentarmos responder a esta questão, formulámos a seguinte hipótese de trabalho:

- Os casos de sinonímia discursiva, no âmbito da terminologia jurídica, registados no GJMES, derivam de dois fatores: primeiro, de uma questão estilística; segundo, de insuficiências ou dificuldades na partilha da terminologia da especialidade entre os técnicos que produzem os textos (sobretudo aqueles sem formação em Direito). Essas incoerências poderão ser agravadas pela escassez de ferramentas de trabalho (por exemplo, guias para glossários ou, ainda, dicionários de termos jurídicos, físicos ou eletrónicos), que possam auxiliar os técnicos do GJMES na produção sistemática dos documentos de especialidade.

No presente trabalho, foi feita uma breve revisão da literatura, sobretudo centrada na questão da sinonímia. Seguidamente, apresentam-se os fundamentos do *corpus* de especialidade por nós constituído, listando exaustivamente os termos selecionados para análise. Esses termos foram analisados sob o ponto de vista da sua relação sinonímica com outros termos do *corpus* e foi feita uma proposta de harmonização terminológica. Os termos harmonizados foram expostos em fichas

terminológicas, propostas por nós, que integrarão uma base de dados terminológica, a ceder ao Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior de Angola.

#### **1.4.Contextualização**

A comunicação institucional tem um carácter fundamental na gestão da administração pública, porque assume um papel estratégico na modernização de qualquer instituição, assim como também é o meio mais pleno para a realização e implementação das missões e atribuições das instituições públicas.

Para a materialização das premissas estabelecidas pela comunicação institucional, é necessário que haja clareza, exatidão, coerência e objetividade na elaboração dos documentos institucionais. Neste sentido, a oralidade, a escrita e a linguagem gestual são algumas das ferramentas a que as instituições podem lançar mão para que se efetive a comunicação dentro da estrutura de gestão.

Expressar-se por meio da palavra *escrita, redigir*, é uma prática comum e necessária entre os profissionais que trabalham em organismos de gestão. Em geral, os objetivos dessa prática são obter informação, promover uma ação específica, manter ou cancelar uma relação institucional”.

O Ministério do Ensino Superior, enquanto instituição pública, tem dentro das suas variadas atribuições a qualidade da comunicação institucional como um dos seus pressupostos, para garantir uma maior proximidade entre as estruturas que o compõem e o público a que se destinam as suas ações.

Tendo em atenção o facto de o nosso trabalho ser desenvolvido sobre um dos serviços de apoio técnico (Gabinete Jurídico) que compõem o Ministério do Ensino Superior de Angola, pensamos ser imprescindível a apresentação da estrutura orgânica da referida instituição.

#### **1.5. Estrutura Orgânica do Ministério do Ensino Superior**

Nos termos do *Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de maio*, é aprovado o estatuto orgânico do Ministério do Ensino Superior, revogada toda a legislação que

contrarie o disposto no presente diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 233/12, de 4 de Dezembro. Nos termos do artigo 1º do decreto presidencial acima referido, é apresentada a natureza da instituição.

O Ministério do Ensino Superior, abreviadamente designado por MES, “é um órgão auxiliar do Presidente da República e Titular do Poder Executivo a quem compete propor e implementar as políticas do Executivo para o desenvolvimento do subsistema do Ensino Superior e proceder ao planeamento, orientação, coordenação, supervisão e controlo da sua execução”.

Nos termos da Lei n.º 17/16/ (Lei de base da Educação de Angola), o Ensino Superior é um dos subsistemas do sistema da educação, conforme o plasmado no art.º 17, n.º 1, f).

Este subsistema é, desde o ano de 2012, um órgão tutelado pelo Ministério do Ensino Superior, de forma independente dos demais subsistemas do sistema da educação, sendo regulado pelo Decreto 90/09, de 15 de dezembro.

O subsistema do Ensino Superior é o conjunto de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de atividade económica e social do país, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana, bem como a promoção de investigação científica e a prestação de serviços à comunidade (art.º 3.º, Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro).

Para a prossecução dos seus objetivos, este organismo ministerial elaborou determinadas atribuições que, em síntese, iremos apresentar. Porém, vale referenciar que, pela extensão do documento, iremos apenas apresentar as alíneas que entendemos descreverem, de forma sucinta, as atribuições da instituição em apreço, sendo certo que as demais atribuições estão descritas no art.º 2º, do Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de maio:

- a) propor e coordenar a implementação das políticas para o desenvolvimento do ensino superior, bem como conceber os modelos de organização, funcionamento, execução, avaliação das atividades do ensino superior, investigação científica e extensão;

b) promover o desenvolvimento, a modernização, a qualidade e a avaliação interna e externa do subsistema de ensino e das instituições que o integram;

c) estimular e desenvolver atividades no domínio do ensino superior, no âmbito da agenda nacional e internacional, promover o desenvolvimento do ensino superior universitário e politécnico, difundir conhecimento e tecnologias produzidas nas instituições de ensino superior [...].

Nesta importante função de gestão do subsistema, o MES conta com o apoio de órgãos tutelados, Serviços de Apoio Técnico, Serviços de Apoio Instrumental, Serviços Executivos, e Serviços Locais. Conforme acima referido, a nossa dissertação irá circunscrever-se ao Gabinete Jurídico do MES, que, nos termos do art.º 17.º do decreto em apreço, é um serviço de apoio técnico, ao qual cabe realizar e superintender todas as atividades de assessoria, nomeadamente os estudos no domínio da produção de mais instrumentos jurídicos para o setor do Ensino Superior.

## **1.6. O Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior**

O Gabinete Jurídico era, inicialmente, constituído por três departamentos: Departamento Técnico Jurídico, Departamento de Produção Legislativa e Departamento de Contencioso, que, por força do Decreto Legislativo Presidencial nº3/13 de 23 de agosto, foram extintos, sendo as suas atribuições aglutinadas. De entre elas, iremos apresentar aquelas que identificámos como relevantes para o nosso trabalho:

- emitir pareceres e prestar informação sobre os assuntos de natureza jurídica relacionados com domínios da atividade do Ministério;
- elaborar projetos de diplomas legais e demais instrumentos jurídicos no domínio do Ensino Superior;
- investigar e proceder a estudos de direito comparado, tendo em vista a elaboração ou aperfeiçoamento da legislação do Ensino Superior;
- apreciar os contenciosos de que os serviços do ministério sejam parte;

- elaborar estudos sobre a eficiência de diplomas legais e propor a respetiva alteração;
- exercer as demais atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou determinadas superiormente.

O Gabinete jurídico é dirigido por um Diretor, com categoria de Diretor Nacional, a quem compete coordenar e dirigir a execução das tarefas do Gabinete.

Os documentos escritos são a forma mais clara de transmitir os nossos pensamentos em relação a um conhecimento, um conceito, uma sugestão e até a uma reclamação, no plano institucional. Por esta razão, Carapeto e Fonseca (2014:15) são de opinião de que os órgãos da administração pública devem gerir, melhorar e desenvolver os seus processos de forma a apoiar e a renovar a sua estratégia e planeamento, a gerar valor acrescentado, a satisfazer os cidadãos e todas as partes interessadas.

## CAPÍTULO II: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

É importante considerar que os estudos sobre a Terminologia deixam sempre subjacente a problemática da sinonímia, mormente a necessidade de a eliminar ou de a reduzir. Wüster (1968) descreve a terminologia como ciência com bases suficientes para eliminar a ambiguidade que é criada por fenómenos conceptuais e linguísticos nos discursos técnicos e científicos. Neste sentido, o autor defende que o importante num discurso é o termo, dissociado do léxico, da gramática, do contexto e do discurso. Para o investigador, estas são unidades independentes e, sendo assim, cada termo corresponde a um único sentido e a uma única designação, Caso contrário, a terminologia normativa deve criar um sentido para o termo, a partir de princípios terminológicos preestabelecidos

Maria Teresa Cabré é um dos nomes sonantes no que concerne à investigação em estudos terminológicos na atualidade. Na sua Teoria da Comunicação Terminológica (TCT), Cabré (1999) apresenta algumas críticas à Teoria Geral da Terminologia (TGT), Wüster (1968).

Cabré (1999) reconhece o valor do modelo terminológico apresentado por Wüster (1968); porém, entende-o como reducionista e idealista. Para a autora, não deve existir esta distinção drástica entre termo, palavra ou unidade lexical. O termo, em TCT, é também visto como uma unidade linguística que exprime conceitos técnicos e científicos, mas deixa de ser apenas um signo de uma língua natural.

Neste sentido, Cabré (1999) aceita fenómenos como a sinonímia, a homonímia e a polissemia. Entende que estes fenómenos conceptuais devem ser previstos e tratados pela terminologia prescritiva e comunicativa, contrariamente à posição apresentada por Wüster (1968), que propõe uma sistematização e padronização do termo como forma de extinguir a sinonímia e os demais fenómenos (Barros 2004:57).

As últimas décadas foram marcadas por uma forte produção na área da Terminologia, mormente no que concerne à descrição de conjuntos terminológicos, elaboração de obras termográficas, desenvolvimento de técnicas computacionais ligadas ao tratamento termográfico e ao planeamento linguístico. Essa intensa produção

promoveu uma acesa discussão sobre o ser e o fazer da terminologia. Em Angola, nomes como Tondela (2016) e Domingos (2016), entre outros, têm desenvolvido estudos nesta área, com a intenção de melhorar o uso da terminologia e da linguagem de especialidade em textos e documentos nas instituições públicas angolanas.

## 2.1. Línguas de especialidade

Segundo Contente (2008:34), entende-se por língua especializada “um subsistema autónomo que tem como objetivo a transmissão de conhecimentos linguísticos especializados, em situações de comunicação (escritas ou orais) relativas a grupos socioprofissionais.” Assim sendo, conforme esta autora, “a componente lexical da língua de especialidade compreende as unidades lexicais especializadas, os termos e unidades da língua geral”. Logo, uma língua de especialidade não se reduz à dimensão terminológica, uma vez que mobiliza todos os recursos de uma língua natural. Newmark (1988), *apud* Byrne (2010), afirma que o léxico técnico representará apenas 5 a 10% do total do acervo lexical dos textos técnicos, o que leva aquele autor a concluir que o peso da terminologia nos textos técnicos se encontra sobrevalorizado.

Pavel (2003:100) defende que:

“A língua de especialidade é um subconjunto da língua geral que serve para transmitir um saber atinente a um campo de experiência particular. Ela tem em comum com a língua geral a gramática e uma parte do seu inventário léxico-semântico (morfemas, palavras, sintagmas e regras combinatórias), mas faz deles um uso seletivo e criativo que reflete as particularidades dos conceitos em jogo e que apresenta variações sociais, geográficas e históricas”.

As línguas de especialidade designam, pois, um segmento de linguagem natural que difere de outros segmentos do mesmo idioma do ponto de vista sintático e/ou lexical. É o idioma particular usado num corpo de textos que trata de uma área restrita (muitas vezes relatórios ou artigos de uma área técnica de especialização ou matéria científica),

nos quais os autores dos documentos compartilham um vocabulário comum e hábitos comuns de uso de palavras.

Quando uma língua natural é utilizada numa configuração restrita, o formulário resultante pode ser designado língua de especialidade ou para fins especiais (do inglês *Language for Specific Purposes*). Apesar de não existir uma definição geralmente aceita deste termo, uma série de fatores estão normalmente presentes, quando a parcela de uma linguagem natural é restrita o suficiente para uso especializado. (Cabré, 2002):

- domínio de referência limitado: o conjunto de objetos e relações a que as referências linguísticas se referem é relativamente pequeno;
- propósito e orientação limitados: as relações entre os participantes no intercâmbio linguístico são de um tipo específico e o propósito do intercâmbio é orientado para determinados objetivos;
- modo de comunicação limitado: a comunicação pode ser falada ou escrita, mas há restrições na forma de expressão;
- comunidade de participantes que compartilham conhecimento especializado: os melhores exemplos típicos de sublinguagens são aqueles para os quais existe uma comunidade identificável de utilizadores que compartilham conhecimento especializado e que comunicam sob restrições de domínio, propósito e modo usando a sublinguagem.

Normalmente, uma língua de especialidade faz uso apenas de uma parte das estruturas lexicais, morfológicas, sintáticas, semânticas e discursivas do idioma. Essas restrições na sua gramática, uma vez detetadas e codificadas sob a forma de regras, podem ser exploradas para fins de pesquisa, reduzindo consideravelmente o número de possibilidades a serem consideradas (Bragança, 1999).

As linguagens especializadas são diferentes da linguagem geral, tendo em conta os contextos comunicativos, bem como a informação que transmitem. Portanto, a distinção entre linguagem geral e linguagem especializada decorre, quer das interações comunicativas, quer da vigência (ou ausência) de conhecimentos especializados.

A linguagem especializada é utilizada em contextos de comunicação de conhecimento especializado, ou seja, é uma linguagem natural considerada como um vetor de comunicação de informações relativas a conhecimentos especializados.

Relativamente ao vocabulário especializado, este é composto, na sua maioria, por termos que, em princípio, só serão utilizados por especialistas, embora, por vezes, tal não aconteça. Assim, existem termos com diferentes graus de especialização, consoante a comunicação decorra entre especialistas e leigos ou exclusivamente entre especialistas.

Stolze (2004), apud Matias (2011) apresenta um quadro onde são apresentadas as principais diferenças entre a língua comum – ou geral – e a língua de especialidade<sup>1</sup>, tendo como ponto de partida as categorias retóricas, subdivididas em função do texto, coerência, estilo e forma.

<b>Categorias retóricas</b>	<b>Língua geral</b>	<b>Língua para fins específicos</b>
<b>Função do texto</b>	Marcadores discursivos, perspectiva do falante, tempo, género.	Tipos de texto, macroestrutura, expectativa do destinatário.
<b>Coerência</b>	Rede semântica, título, compatibilidade, eixos estruturais, intertextualidade.	Equivalência terminológica, especificação dos conceitos, formação de palavras.

---

<sup>1</sup> A linguagem ou língua geral compreende o conjunto de todas as variedades de linguagem, tanto as chamadas não marcadas, que representam as linguagens comuns, quanto as linguagens de especialidades ou variedades marcadas. Como partes integrantes de um todo, as linguagens comuns e linguagens de especialidades mantêm pontos de coincidência entre si, apresentando, ao mesmo tempo, algumas características que as diferenciam.

<b>Estilo</b>	Meios expressivos, rima, metáforas, aliteração.	Estilo funcional, língua padrão, linguagem controlada, fraseologia.
<b>Forma</b>	Ritmo, prosódia, características formais do texto, imagens, ordem das palavras.	Ilustração, layout, fontes.

Tabela 1 – *Diferenças entre língua geral e língua de especialidade (Fonte: Stolze, 2004).*

Para Cabré (1993), os três principais critérios de definição das línguas de especialidade são a temática, os seus utilizadores e as situações de comunicação. As temáticas são aquelas especialidades que não são de conhecimento geral dos falantes de uma língua e que, por isso, requerem uma aprendizagem especializada. Os utilizadores são, em geral, especialistas numa temática específica, divididos em dois grupos: os produtores e os recetores ou consumidores dessas comunicações técnico-científicas de carácter restrito. O público em geral pode fazer parte deste grupo restrito sempre que se colocar na posição de “receber passivamente na condição de aprendiz as comunicações especializadas” (Cabré, 1993:139). As situações comunicativas “são do tipo formal, normalmente reguladas por critérios profissionais ou científicos”. (*Ibidem*).

Estes critérios não chegam, porém, a fortalecer as linguagens de especialidade a ponto de torná-las “um subconjunto estruturalmente monolítico” (Cabré, 1993:139), pois ainda há espaço para “variedades alternativas em função dos usos e das circunstâncias comunicativas” (p. 140). O grau de abstração desejado ou atingido e os propósitos comunicativos estão entre os parâmetros mais importantes, seguidos pelos dialetos - geográficos, históricos e sociais – e pelo estilo pessoal. Cabré (1993) aponta ainda um outro critério, a facilidade de compreensão entre os interlocutores especializados, como uma das principais características das linguagens especializadas, o que permite a falantes de línguas diferentes entender-se dentro de uma determinada língua de especialidade.

A expressão “língua de especialidade” abrange frequentemente:

- as chamadas “línguas científicas” — ligadas a campos de experiência caracterizados por um objeto e um método de investigação determinados e conhecimentos fundados em relações objetivas verificáveis (é o caso de campos como a Física, a Matemática e a Química);
- as “línguas técnicas”, próprias de campos de experiência em que se aplicam conhecimentos teóricos no domínio da produção;
- as “línguas profissionais” ou de ofícios, que dão conta dos campos de experiência relativos a ocupações de caráter manual ou mecânico.

## **2.2. Terminologia e línguas de especialidade**

Segundo Cabré (2005), a terminologia é uma disciplina centrada num objeto, as unidades terminológicas, tendo em conta que áreas de conhecimento surgem, se estabelecem e se especificam em função das condições sociais e políticas dos contextos em que aparecem; e são estas condições que explicam as diferentes aproximações a que qualquer objeto científico pode dar lugar.

A terminologia, enquanto ciência, ocupa-se do estudo e da descrição de vocabulários técnicos e científicos, considerados como subconjuntos de unidades lexicais de um sistema linguístico usados em situações de interação comunicativa, no âmbito de um determinado domínio do saber ou de uma esfera de atividade humana. Ela é também vista de uma perspectiva interdisciplinar, que, para além de conhecimentos linguísticos, envolve conhecimentos de natureza pragmática e extralinguística, conhecimentos oriundos das ciências da cognição e dos domínios do saber em que se usam esses vocabulários.

Para Felber (1987), a Terminologia designa um:

- domínio do saber interdisciplinar que cuida dos conceitos e das suas representações;
- conjunto de termos que representam o sistema de conceitos ligados a um domínio do conhecimento;

- ou, ainda, uma publicação dentro da qual o sistema de conceitos ligado a um domínio é representado.

Isquerdo e Alvez (2001:27) defendem que a terminologia tem como objeto de estudo “os termos, as unidades lexicais especializadas das línguas de especialidade, relativas aos conceitos de diferentes áreas de conhecimento”.

A terminologia tem como principais funções as seguintes:

- otimizar a comunicação entre especialistas e profissionais - intercâmbio e transferência de conhecimento;
- permitir o planeamento de uma língua;
- facilitar a tradução especializada - uma boa tradução não deve apenas expressar o mesmo conteúdo do texto de partida, mas fazê-lo com as formas que o falante nativo da língua de chegada utilizaria;
- auxiliar a Documentação na elaboração da Linguagem Documentária.

O estudo desta ciência é algo recente. Na verdade, surgiu devido à crescente necessidade de facilitar a comunicação e a tradução especializada, bem como a transferência de conhecimento entre pessoas que usavam textos pertencentes a diferentes comunidades linguísticas e com níveis de conhecimento semelhantes. As propostas teóricas neste campo têm sido principalmente baseadas em práticas e concentram-se na elaboração de glossários, dicionários especializados e recursos terminológicos e de tradução (Gambier, 1991). Exatamente por esta razão, a terminologia tem sido uma disciplina em busca de uma teoria capaz de contabilizar conhecimento especializado, representação, organização de categoria e descrição, bem como o comportamento semântico e sintático de unidades terminológicas numa ou várias línguas. Ao longo dos anos, essa busca por um conjunto de princípios teóricos levou os terminólogos a questionarem-se, entre outros aspetos, sobre se a terminologia deve ser considerada como um ramo da filosofia, sociologia, ciência cognitiva ou linguística.

Ao invés de afirmar que a terminologia pode ser derivada de qualquer uma dessas ciências do saber, todos assumem a posição de que a terminologia é

essencialmente uma atividade linguística e cognitiva. Nesse sentido, termos são unidades linguísticas que transmitem um significado conceitual no âmbito de textos de conhecimento especializados. Na compreensão da natureza dos termos, esse processo de transmissão do significado é tão importante quanto o conceito que eles designam. As unidades terminológicas estão, portanto, sujeitas à análise linguística. Uma vez que este tipo de análise pode ser realizado de várias maneiras, é necessário escolher a abordagem linguística mais entrosada com o objeto de estudo. Essa abordagem deve ser centrada no léxico e baseada no uso. O foco principal também deve ser no significado e na representação do conceito, como é o caso das abordagens linguísticas cognitivas.

Cabré (1999: 22) defende esta posição ao afirmar que a terminologia é uma “disciplina autónoma de carácter interdisciplinar, constituída por elementos procedentes de bases da linguística, da ontologia, das áreas especializadas e ligada necessariamente à documentação”. Esta autora é também quem melhor consegue fazer compreender esta questão da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, designando-a por diversidade.

Esta diversidade tem caracterizado todos os campos de estudo e tem modificado as noções rígidas de ciência e disciplina científica. Todos os ramos do saber são multidisciplinares e influenciam-se mutuamente. A terminologia, de forma ainda mais vincada, tem sentido este desenvolvimento e têm surgido novas propostas de análise baseadas no desenvolvimento de disciplinas como *corpus linguistics*, *text linguistics* e outras propostas baseadas no contributo da sociolinguística, como as de Gambier (1991), que encara os termos, não só como unidades cognitivas e denominativas, mas também como unidades linguísticas e veículos de comunicação, afastando-se dos postulados da terminologia clássica.

Há ainda duas outras vertentes do trabalho terminológico/terminográfico que devem ser também mencionadas: os trabalhos de normalização e de neologia. Confunde-se, por vezes, o trabalho terminológico com o trabalho de normalização e esta confusão resulta do facto de o trabalho de normalização (linguística) não ser possível sem o trabalho terminológico. Por esta razão, muitos terminólogos têm estado ligados à normalização.

O conceito de neologia, definido como “introdução, emprego de termos novos numa língua”, tem estado ligado às línguas, sendo uma componente natural da sua evolução. No caso das línguas de especialidade, a neologia surge como uma atividade

de criação de novas denominações, resultante do progresso da técnica e da ciência e da necessidade de criação de novos conceitos. Os processos linguísticos de formação de novos termos e palavras são importantes em terminologia e são utilizados, sobretudo, na terminologia multilingue, quando não existe equivalência de um termo numa determinada língua.

Cabré (2002) considera que a neologia pode ser observada sob a vertente teórica, assim como sob a vertente prática. Do ponto de vista teórico, a neologia concentra-se nos temas relacionados com o âmbito da teoria linguística, com as estratégias de incorporação e de categorização gramatical das novas unidades do léxico e com a compatibilização dessas unidades a outras já existentes. Numa perspetiva mais prática, essa ciência é responsável, entre outras atividades, pela elaboração de dicionários de neologismos.

### **1.6.1. Unidade terminológica**

As unidades terminológicas aparecem e circulam em ambientes e situações de discursos específicos (especificações técnicas, manuais, consultorias, etc.). A análise terminológica tende a agrupar essas unidades terminológicas em conjuntos estruturados, chamados domínios. Estas áreas são a projeção terminológica de setores de atividade, campos de conhecimento, objetos do mundo, etc. Nesta reconstrução terminológica, a noção de “especialização” é fundamental porque ajuda a caracterizar a unidade terminológica.

A Teoria da Comunicação Terminológica (TCT) defende que as unidades que transmitem o conhecimento especializado podem ter um carácter linguístico ou não linguístico, mas chamamos unidade terminológica ou simplesmente termo àquelas que têm uma natureza linguística e aparecem numa língua natural. Os termos são unidades recursivas e dinâmicas que podem ir de uma área de especialidade para outra. Esta capacidade reflete tanto a mobilidade das unidades do léxico comum para o léxico especializado, como a de uma especialidade para outra (Demai, 2006).

O objetivo desta teoria dos termos é descrever formalmente, funcionalmente e semanticamente as unidades que podem adquirir um valor terminológico, para dar conta

da ativação desse valor e expressar as relações com outros signos do mesmo sistema ou de um sistema diferente e isto de forma a fazer progredir o conhecimento sobre a comunicação especializada e as unidades aí utilizadas (De Barcellos Almeida, 2009).

A comunicação especializada reconhece diferentes níveis de especialização, vários graus de capacidade cognitiva, que indicam os níveis de densidade cognitiva e terminológica. Unidade terminológica, também chamada termo, é a unidade de significado constituída por uma palavra (termo simples) ou por várias palavras (termo complexo) e designa um conceito de forma exclusiva de uma área temática específica (Reboul-Touré, 2010).

A (ISO, 2000) define unidade terminológica como a designação verbal de um conceito dentro de um domínio.

Para Sager (1998), o termo consiste na representação linguística dos conceitos. Um aspeto essencial dos termos é que estes surgem também no uso das línguas de especialidade, em áreas específicas de conhecimento e são normalmente utilizados para que as comunidades especializadas possam comunicar um determinado domínio de forma clara.

As unidades terminológicas formam um subconjunto de signos linguísticos referentes a uma determinada área conceitual. “A primeira coisa que se destaca nesta organização são as solidariedades sintagmáticas: quase todas as unidades da língua dependem, quer do que as enquadra na cadeia falada, quer das partes sucessivas de que elas se compõem”. (Saussure, 1992 : 214).

Pavel e Nolet (2002), definem a unidade terminológica como a etiqueta de um conceito numa árvore conceitual. Esta unidade terminológica numa língua de especialidade difere de uma palavra da língua geral pela relação unívoca que existe com o conceito de especialidade que designa e destaca-se ainda por existir uma estabilidade dessa relação entre o conteúdo e a forma do conceito.

A comunicação, quando acontece numa determinada área de especialização, é, então estruturada à volta das linguagens de especialidades e estas têm a sua própria terminologia, ou seja, o seu próprio conjunto de unidades lexicais. Estas unidades lexicais exclusivas das áreas de especialidade são os termos ou unidades terminológicas e referem-se aos conceitos específicos de cada doutrina de especialização (Ferreira, 2015).

## **1.6.2. Fraseologia**

O termo fraseologia é ambíguo, pois, se por um lado se entende por fraseologia o conjunto dos fraseologismos, o inventário de locuções fraseológicas, quer dizer, o fraseolêxico de uma língua, por outro lado, fraseologia refere-se à subdisciplina linguística em questão, quer dizer, à investigação fraseológica, que tem por tarefa a pesquisa do fraseolêxico. (Parc, 1993).

Para Rodriguez (2004), a Fraseologia é um ramo da Linguística cujo objeto de estudo são as unidades fraseológicas (UF). Estas unidades do discurso repetido formam pequenos microtextos que têm que ser analisados adotando regras diferentes das da “gramática tradicional”. A sua aparente irregularidade deve-se à aplicação de regras do discurso livre a sequências do discurso repetido.

### **1.6.2.1. Fraseologia de especialidade**

Em alguns contextos profissionais, realizar uma tarefa muito específica pode depender inteiramente da comunicação verbal entre especialistas de um determinado campo: ser capaz de comunicar é, para esses especialistas, uma necessidade de compartilhar e transferir o conhecimento especializado necessário para cumprir o seu trabalho. Quando essas situações dependentes da comunicação são suficientemente recorrentes, as normas linguísticas podem ser criadas por instituições e autoridades, que as impõem. O objetivo dessas normas linguísticas geralmente é criar uma comunicação menos ambígua graças a regras simplificadas (por exemplo, num nível sintático, lexical e semântico). (Falzon, 1986).

A normalização linguística também permite que os vários interlocutores minimizem os seus esforços linguísticos e cognitivos na realização das tarefas que lhes são atribuídas, graças ao seu conhecimento compartilhado. O uso da linguagem natural, por outro lado, não seria eficiente para expressar esse conhecimento comum e poderia facilmente levar a estimativas aproximadas, de mal-entendidos e incompreensões.

As unidades fraseológicas ou fraseologias são fenómenos linguísticos que ocorrem tanto na língua comum como nas línguas de especialidades. Na língua comum,

estas fraseologias são compostas por um conjunto de formas repetidas, como os provérbios, os ditos populares, as sentenças e outros. Rodriguez (2004: 127) atribui o conceito de fraseologia ao “discurso repetido que inclui todos os tipos de expressões fixas, que são unidades linguísticas não substituíveis pelas regras da língua atual”.

Bragança (1999) entende a fraseologia como a ciência que estuda o conjunto de frases ou locuções de uma língua, em primeiro plano, ou de um autor isolado, num segundo momento. Para esse autor, a fraseologia tem um aspeto histórico, social e cultural muito importante na vida do homem e expressa conteúdos de ordem moral, filosófica e prática para as gerações de todas as épocas. O mesmo autor refere ainda que, do ponto de vista social, a origem e o papel das expressões fraseológicas através de gerações prendem-se à transmissão de um legado cultural de conselhos práticos de vida baseados na experiência e na sabedoria dos antigos. Através de observações feitas a partir da realidade adjacente ao mundo da sua época, o homem procurava, por meio de expressões fraseológicas, ter em mãos subsídios práticos para sua própria orientação e das próximas gerações no que diz respeito às condutas a serem seguidas ou refutadas (Bragança 1999:47).

Krieger e Finatto (2004) atribuem à definição de fraseologia uma estrutura linguística estereotipada que conduz a uma interpretação semântica independente da estrutura dos constituintes formais. Aqui, são enquadradas as expressões idiomáticas, os provérbios e as frases feitas utilizadas nas línguas comuns. Além de outras frases feitas constituídas por locuções verbais e nominais, há também as frases usadas como fórmulas que abrem ou fecham determinados géneros textuais, como aberturas e fechos de cartas formais. Incluem-se aqui todos os géneros textuais que fazem uso de fórmulas fixas com valores sociais e pragmáticos convencionais muito típicos que não podem ser transgredidos.

De acordo com a perspectiva defendida por Bevilacqua (1999), duas grandes tendências podem ser identificadas nos conceitos da fraseologia especializada. A primeira tendência define as Unidades Fraseológicas como combinações pluriverbais fixas ou semifixas formadas basicamente por duas unidades léxicas. É uma fraseologia que se assemelha aos sintagmas terminológicos. A segunda tendência define as Unidades Fraseológicas como fórmulas ou frases feitas, próprias de determinados âmbitos especializados.

Blais (1993: 52) aborda o conceito de fraseologismo considerando que estas são estruturas que integram as características de pluriverbalidade, isto é, a presença de um ou mais termos, em que um é o núcleo e as relações sintáticas e semânticas entre os componentes limitam a substituição livre dos elementos que compõem o fraseologismo.

Para este autor, o fraseologismo é uma combinação de elementos linguísticos, incluindo mais de um conceito, caracterizados pela apresentação de diversas configurações, que se situam entre o termo e a frase.

Segundo Pavel (2003: 106), por fraseologia, dentro de uma língua de especialidade, entende-se a “combinatória sintagmática das unidades terminológicas decorrentes de uma estrutura conceitual coerente. As unidades terminológicas são tomadas como núcleo de coocorrências usuais ou privilegiadas nos textos de uma especialidade”.

Na fraseologia da língua, a expressividade é uma característica importante, pois enfatiza o especto afetivo produzido no ato de comunicação. Na linguagem, esta é uma combinação de elementos linguísticos de uma determinada língua, relacionados com a semântica e a sintaxe, que não pertencem a uma categoria gramatical específica e cujo significado é dado pelo conjunto dos seus elementos.

A fraseologia especializada é, segundo Krieger (2004: 87), “uma combinação de elementos linguísticos próprios de um domínio de especialidade, dos quais um é termo núcleo, que estão ligados semanticamente e sintaticamente”. Segundo esta autora, os fraseologismos apresentam configurações variadas, mas nunca chegam á estrutura da frase, situando-se, portanto, entre o termo e a frase.

A fraseologia é muito importante para os estudos da Terminologia, pois é um elemento essencial nas comunicações profissionais e as suas estruturas são de grande utilidade para os terminólogos, tradutores e público em geral, já que coexistem ao lado dos termos, formando expressões e conteúdos da realidade das áreas específicas. Os estudos que são desenvolvidos nesta área facilitam a troca de informações técnico-científicas, possibilitando uma melhor condição de trabalho para os profissionais destas áreas, e também para os interessados na comunicação em geral. (Parc, 1993).

### **2.3.Socioterminologia**

A comunicação monolíngüística dentro de um determinado grupo social e, sobretudo, a comunicação multilíngüística e a troca de informações entre diferentes comunidades exercem um papel muito influente no desenvolvimento da linguagem. As língüas não são blocos uniformes e homogêneos que não sofrem alterações, mas sim elementos em constante renovação e variação, com normas que evidenciam o seu uso real. Todos os elementos e todas as funções língüísticas se encontram em atividade permanente e as relações entre todos eles - a sua eficácia, os seus resultados, a sua harmonia - alteram-se, também, constantemente.

Estas variações implicam que a terminologia exija já dos estudiosos uma nova leitura, embora se encontre ainda no início de uma nova era, em que se assiste ao seu grande desenvolvimento e ao reconhecimento da sua importância. Se, no início, as preocupações da terminologia eram sobretudo normativas, prescrevendo, recomendando e registrando o uso aceite de um termo, atualmente ela reconhece que deve ter-se em consideração o uso já estabelecido do termo. As variações língüísticas consoante os aspetos sociais surgem como um dos objetos de estudo privilegiados dentro da terminologia. A este campo dá-se o nome de socioterminologia.

A denominação socioterminologia surgiu pela primeira vez em 1981. Desde então, vários estudiosos têm dedicado a sua atividade à análise do termo nas suas variantes sociais, reconhecendo que, apesar da exigência teórica de univocidade das linguagens especializadas, não é possível excluir a existência de variações terminológicas resultantes das diferenças sociais (Araujo, 2007).

Na base desta aceção está a consciência de que o estabelecimento de uma terminologia própria de determinada área específica de conhecimento deve o seu sucesso a um reflexo aceite no seio da comunidade que com ela lida ou vai lidar, tornando indispensável ter em consideração a estreita relação do termo com o meio social em que é utilizado. Os membros de uma comunidade língüística têm consciência da frequência ou raridade dos termos, bem como da sua prévia ocorrência ou das novidades existentes no discurso (Temmerman, 2001).

Neste sentido, a socioterminologia recusa que o termo seja uma etiqueta do conceito, assumindo uma visão dinâmica da terminologia ao enquadrar os termos numa

linha de dependência das mudanças linguísticas e das interações verbais. Os termos, dentro de um domínio de especialidade, permitem categorizar o real através de um sentido aceite e partilhado numa determinada comunidade. Porém, o termo é suscetível de ser influenciado por tensões entre enunciadores ou por escolhas ideológicas (Gaudin,1993).

O autor refere ainda que a apreensão do conceito terminológico resulta de um “significado negociado por uma comunidade de locutores”, considerando os conceitos terminológicos como “construções de conhecimentos associados a variações sincrónicas e diacrónicas”. (Gaudin, 1993: 88). Na verdade, a terminologia é social, uma vez que é partilhada e corresponde a um código imanente a um determinado grupo.

Segundo a terminologia sociocognitiva, na perspetiva de Temmerman, o ponto de partida de análise é o termo que designa a unidade de compreensão, que pode ser um conceito ou uma categoria que se estrutura segundo modelos cognitivos. Porém, acrescenta que a terminologia só pode ser estudada em discurso, sendo o termo um melhor ponto de partida que o conceito (Temmerman,2001). Na verdade, partir do conceito será como reter apenas “pedaços de conhecimento” que estão em constante reformulação e transição. Ainda assim, este ponto de vista não ignora dificuldades em distinguir a polissemia da imprecisão do termo. As categorias enquadradas nos modelos cognitivos podem ser observadas em discurso, permitindo mais módulos de informação do que as classificações lógicas ou ontológicas. De facto, a metodologia apontada está baseada na análise de *corpus* textual, de onde é extraída uma lista de termos, seguindo as recomendações do especialista do domínio, tanto na seleção de textos representativos, como no aconselhamento e interpretação da terminologia (Barros, 2004).

A socioterminologia tem contribuído para alertar para preocupações de política linguística, questões de normalização e de vulgarização da terminologia, ou seja, “circulação social”, que enreda a terminologia de um domínio com a terminologia de outros domínios e que a faz circular por grupos sociais diversos. A necessidade prescritiva da terminologia, assumida por comités de especialistas que promovem a harmonização da terminologia procurando o termo ideal, ou seja, monorreferencial, deve aplicar metodologias que sejam o resultado da combinação da abordagem semasiológica e da abordagem onomasiológica (Temmerman, 2001).

## 2.4. Onomasiologia e semasiologia

Dada a natureza do léxico, as duas abordagens são possíveis: a abordagem semasiológica é adequada para o estudo de muitos significados ligados às palavras. A abordagem onomasiológica, por sua vez, é usada para analisar o quão diferentes as palavras são capazes de tornar as nossas experiências com elas, sendo semelhantes e divergentes ou até mesmo opostas (Alves et al., 2009).

Para os terminólogos históricos, o termo opõe-se radicalmente à palavra. A unidade terminológica (termo) é caracterizada pela monossemia, a singularidade, a precisão da sua definição e um significado unicamente referencial, fazendo dele uma etiqueta da coisa. A terminologia alega ser puramente onomasiológica e responsável pela padronização das linguagens especializadas.

No entanto, nas últimas décadas, alguns terminólogos aproximaram-se da linguística, principalmente da linguística de *corpus*, para construir uma terminologia baseada na observação dos discursos, ou seja, semasiológica, na qual o termo pode ser polissémico, ter sinónimos, ter um significado influenciado pelo seu contexto. Para eles, o objetivo principal já não é a padronização, mas a descrição dos discursos especializados (Gouadec, 1990).

Estes novos terminólogos fizeram avançar a disciplina ao aproximá-la da linguística e ao favorecer a observação dos factos reais, em vez de evocar ideais, mas a sua rejeição dos princípios da terminologia clássica é vista como excessiva. Ao analisarmos as duas abordagens, uma após outra, pretendemos enfatizar a capacidade de ambas se complementarem na sua forma de trabalharem o termo, bem como na de criarem ferramentas para melhor compreensão deste.

Na abordagem onomasiológica, partimos do conceito, isto é, da noção técnica, do objeto científico, de um comportamento ou uma prática numa área especializada, para perceber as várias realizações do termo nas diferentes línguas. Fala-se, neste caso, de uma abordagem em que o termo corresponde a uma noção, ideia. Este é o ideal de uma relação unívoca entre o termo e o conceito, parte do significado para se chegar ao significante, “é em tese o percurso mental feito pelo emissor, que precisa encontrar uma expressão linguística para o conceito que quer expressar.” (Alves et al., 2009 : 8).

A terminologia tradicionalmente tem uma abordagem onomasiológica. Tem interesse pelas noções (conceitos) e as palavras ou expressões (termos) que os designam. A terminologia traduz em termos uma classificação conceitual. Já a lexicografia estuda os significados dos signos e os conceitos que representam, isto, numa abordagem semasiológica (Jesus, 2005).

A terminologia clássica reivindica uma perspectiva onomasiológica e define-se como uma disciplina da linguística que estuda os termos ou as palavras nos sistemas que as organizam ou ainda como as diferentes formas em que estes termos são criados e distribuídos e, portanto, é obrigada a concentrar-se nas variações interlinguísticas internacionais ou interparietais das palavras que denominam uma mesma realidade.

Segundo Babini (2006), o termo onomasiologia foi utilizado pela primeira vez por Zauner, no ano de 1903, aquando de um estudo sobre os nomes das partes do corpo humano nas línguas românicas: *Die romanischen Namen de Körperteile Eine onomasiologische studié*. Bertoldi (1935) citado por Babini (2006:35), que é uma grande referência nesta área, propõe como definição de onomasiologia a seguinte: “Por onomasiologia entende-se um aspeto particular da pesquisa linguística que, partindo de uma determinada ideia, examina as várias maneiras com as quais essa ideia encontrou expressão na palavra.”

Para Cabré (1998), é sobre a oposição onomasiologia versus semasiologia que os seguidores de Wüster, primeiro, e de seguida muitos outros, procuraram estabelecer a distinção entre terminologia e linguística e garantir a autonomia da primeira em relação à segunda. É verdade que a linguística trata do significado das palavras numa abordagem semasiológica, da palavra até à coisa ou o conceito, enquanto a terminologia, que trata do nome das coisas, vai da coisa para o signo que a designa.

De acordo com Antia (2000), a abordagem onomasiológica não pode obviamente ser dissociada da posição central ocupada pelo conceito na teoria clássica. Sabemos que em Wüster é o conceito o ponto de partida para qualquer atividade terminológica. O mundo dos conceitos e o dos símbolos são independentes e é o conceito que ocupa a posição-chave. Quando ele os concebe apenas dentro de um sistema, é claro que estamos na presença da famosa árvore do domínio, que é o trabalho inicial do terminologista (Costa, 1993). Por detrás deste termo metafórico, levantam-se

uma série de questões teóricas e práticas importantes, que dizem respeito à questão da relação entre pensamento e linguagem.

O objetivo da construção da árvore do domínio é ou a denominação de um novo conceito ou a consignação de uma terminologia completa (Costa, 1993). A abordagem onomasiológica é bem aceite no primeiro caso: o conceito é denominado, geralmente pelo seu inventor, no âmbito de uma atividade discursiva clássica e com a preocupação de colocá-lo na árvore na posição que merece. Se é para registar uma terminologia completa, parece que a exclusividade onomasiológica é um desafio, porque isso implicaria que se pudesse construir uma árvore teórica com base em conhecimentos que não seriam mediatizados por uma língua e que esta árvore forneceria todos os conceitos nomeáveis e nomeados. Esta constatação provavelmente favoreceu a implementação de estratégias alternativas baseadas no uso dos *corpora*, nos quais os terminólogos reúnem os termos numa abordagem claramente semasiológica (Faulstich & Oliveira, 2007).

Mas a rutura entre este procedimento e a crença de Wüster é menos clara do que parece. O especialista, para validar a lista dos termos selecionados e a sua organização, responde a questões que estão voltadas para ambos, ou seja, os termos e os conceitos. Nunca se deve excluir um conceito considerado importante pelo especialista. Ainda que ele não se manifeste no *corpus* estudado, a sua existência é revelada ao terminólogo pela pergunta que coloca ao mesmo acerca de um termo relacionado. A dialética entre onomasiologia e semasiologia, e entre conceitologia e estudos do discurso, é, muitas, vezes, inevitável.

Relativamente à abordagem semasiológica, esta considera o termo enquanto signo, funcionando num sistema linguístico particular de uma sociedade, uma cultura, uma visão do mundo. A abordagem semasiológica é a do linguista (Aito & Igwe, 2013).

Na abordagem semasiológica, parte-se do significante para chegar ao significado. “É em tese o percurso mental feito pelo recetor, que precisa dar significado à expressão linguística pronunciada/escrita pelo emissor.” (Alves et al., 2009: 8). A semasiologia pode ainda ser definida como o estudo dos significados a partir das palavras, das formas, para ir no caminho da determinação do sentido (opõe-se à onomasiologia, estudo dos significados que partem dos conceitos) e assim determina as traduções linguísticas.

A semântica, enquanto parte da semasiologia, é um ramo da linguística que se dedica ao estudo do significado das unidades lexicais (palavras simples e compostas, grupos de palavras que designam um único conceito e unidades fraseológicas) (Carvalho & Carvalho, 1975).

De acordo com Mertens (2006), a semasiologia vai do signo para o conceito. Ela estuda os signos, a sua formação, a sua evolução, as suas disposições, bem como a sua variabilidade no *corpus*. A semântica pode ser apresentada como uma subdisciplina da semasiologia, sendo certo que irá sempre apresentar oposição à onomasiologia.

## 2.5. Relações semânticas

O termo relações semânticas refere-se às diferentes conexões estabelecidas entre a denominação e o conceito no âmbito de um termo ou às relações estabelecidas entre os vários termos. Estas relações destacam a importância das ligações entre os termos.

As principais relações semânticas são a relação de equivalência, a relação de hierarquia, a relação de inclusão e a relação de oposição. (Laranjeira, 2013).

Assim, no que diz respeito às relações de equivalência, temos a sinonímia, que nos interessa para o presente trabalho.

A sinonímia é a relação entre palavras de significado semelhante, isto é, são palavras que têm um significado idêntico, reenviando para o mesmo referente. (Margotti, 2010).

Quanto às relações semânticas de oposição, temos a antonímia, quando as palavras apresentam significados opostos, existindo, assim, uma incompatibilidade entre os sentidos ou uma oposição entre os sentidos. (Lyons, 1987).

Quanto às relações semânticas de hierarquia, podemos mencionar a hiperonímia e a hiponímia. No caso da hiperonímia, é uma relação semântica entre palavras em que o significado de uma palavra, o hiperónimo, é mais geral e inclui outras palavras, sendo estas designadas hipónimos (Fernandes, 2009). O termo hiperonímico, ou superordenado, é um termo de significado mais geral que diz respeito a uma classe de entidades. Segundo Vieira (2010), as relações de hiperonímia/hiponímia distinguem-se

das de holonímia/meronímia na medida em que naquelas há uma transferência de propriedades semânticas que não se verifica nestas.

Já a hiponímia é a relação de hierarquia semântica entre palavras em que o significado de uma é designado por hipónimo e, por ser mais específico, se encontra incluído no de outro, chamado hiperónimo. “A hiponímia é a relação estabelecida entre um elemento e a classe mais geral onde esse elemento se inclui.” (Sarmiento, 2009: 2). Assim, a hiponímia tem uma relação inversa chamada hiperonímia e, desta forma, tudo o que for formulado para a hiponímia aplica-se em sentido inverso à hiperonímia e vice-versa. (Sarmiento, 2009).

Finalmente, também nas relações de inclusão podem ser reconhecidos os casos da holonímia e da meronímia. Estas relações semânticas são frequentemente designadas de relações de parte-todo. A holonímia é a relação de hierarquia semântica entre palavras em que o significado de uma (palavra) - designada holónimo - refere um todo do qual a outra - chamada de merónimo - é parte constituinte (De Sousa, 2013). A meronímia é a relação de hierarquia semântica entre palavras em que o significado de uma - designada merónimo - remete para uma parte constituinte da outra, chamada holónimo. (Loan, 2016).

### **2.5.1. Sinonímia**

A sinonímia estabelece uma relação de equivalência, fenómeno da língua analisado em detalhe pelos lexicólogos. Segundo Ullmann (1964), fala-se de sinónimos quando duas ou mais palavras diferentes têm o mesmo significado. O termo sinonímia geralmente diz respeito às unidades linguísticas de uma única língua. Em caso de diferentes línguas não falamos de sinónimos, mas sim de equivalentes.

É inevitável mencionar que a sinonímia é tratada de forma diferente pelos peritos em lexicologia e pelos especialistas em terminologia. Para os lexicólogos, a sinonímia é um fenómeno positivo, porque a existência de múltiplos significados para um único significante contribui para a riqueza da língua e expande as possibilidades expressivas dos falantes dessa língua (Araújo, 2006).

Já para a terminologia, os termos devem ser unívocos e monorreferenciais. A sinonímia é, portanto, vista como um fenómeno que não pode ser erradicado, mas deve ser limitado. Portanto, a terminologia esforça-se para minimizá-lo, a fim de evitar ambiguidades e tornar a comunicação mais precisa entre os especialistas (Araújo, 2006).

A sinonímia diz respeito a diferentes níveis da língua, mas a terminologia trata meramente da sinonímia morfémica e terminológica. Para Wüster, considerado o pai da terminologia, o conceito de sinonímia pode ser entendido como “denominações múltiplas para um mesmo conceito”. (Wüster, 1998: 137).

Segundo Fernandes (2009), podemos dividir a sinonímia em dois grupos: a sinonímia absoluta e a sinonímia relativa. A sinonímia absoluta verifica-se quando há a existência de um significado idêntico entre as palavras em todos os seus contextos. Fernandes (2009) afirma ainda que os exemplos de sinonímia absoluta são “muito raros, uma vez que há a necessidade de encontrar o mesmo significado conceptual e o mesmo significado estilístico no par de lexemas. Por tal razão, este tipo de sinonímia cria alguma controvérsia entre os linguistas sobre a sua existência.”

Quanto à sinonímia relativa, Cruse (2004) afirma que ela ocorre quando os lexemas podem ser substituídos por outros no mesmo contexto sem afetar o seu significado denotativo, mas assumem diferentes conotações.

A sinonímia é um fenómeno complexo. Algumas das suas manifestações são idênticas em diferentes línguas, mas as manifestações deste fenómeno variam nas diferentes línguas especializadas. Por exemplo, a sinonímia é menos comum nas línguas de especialidade das ciências naturais do que nas línguas de especialidade das ciências sociais, o que é explicado pelo facto de que as ciências sociais usam um maior número de palavras da língua geral. Este fenómeno é normalmente caracterizado por traços particulares em cada língua de especialidade, como é o caso da linguagem jurídica.

#### **2.5.1.1. Sinonímia terminológica**

Entre os termos sinónimos, existem diferenças formais resultantes de relações de equivalência (variação e diferenciação) da língua de especialidade. Numa abordagem analítica da sinonímia, temos de ter em conta a formação dos sinónimos, que podem possuir uma forma parcial ou completamente diferente.

Faulstich (2001) considera que há uma correlação entre a sinonímia terminológica e a variação: as variantes coocorrentes formalizam a sinonímia terminológica e são aquelas em que existem duas ou mais denominações para um mesmo referente. A sinonímia terminológica relaciona, assim, o sentido de dois ou mais termos com significados idênticos que podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no plano do conteúdo.

Barbosa (1999) considera sinónimos somente os elementos de um campo lexical que têm a mesma referência cognitiva e conotativa e a mesma distribuição. Nesse sentido, os sinónimos devem ser comutáveis em todos os contextos. Já os parassinónimos são as unidades lexicais de um campo que possuem a mesma referência cognitiva. No entanto, as referências conotativas são diferentes e possuem distribuição aproximada. Para a autora, na homossemia total (sinonímia), a dois ou mais elementos do conjunto significante corresponde um e somente um elemento do conjunto significado.

Na homossemia parcial (parassinonímia), a dois ou mais elementos do conjunto significante, em relação de oposição disjuntiva, correspondem dois ou mais elementos do conjunto de significado, esses em relação de oposição transitiva. Para a autora, a relação de significação de sinonímia e de parassinonímia é uma função, isto é, uma relação de dependência.

Nesse sentido, as noções de sinonímia e de parassinonímia não são estanques, mas, sim, sempre reformuladas em função da rede conceptual e lexical em que estão inseridas, do universo dos discursos e das situações comunicativas, relacionando-se, assim, o tempo e o espaço no ato da enunciação.

Para Ullmann (1964), muito poucas palavras são completamente sinónimas, no sentido de serem permutáveis em qualquer contexto, sem a mais leve alteração do significado objetivo, do tom sentimental ou do valor educativo. Sob esse prisma, o autor considera que, na grande maioria dos casos em que, aparentemente, dois vocábulos têm um mesmo significado, há, na verdade, uma distinção que é difícil de formular.

Para Geckeler (1984) e Lyons (1979), como critérios para afirmar se diferentes lexemas têm absolutamente o mesmo significado (ou são totalmente sinónimos), devem-se observar as suas capacidades ilimitadas de substituição em todos os contextos e a sua coincidência, tanto no significado denotativo (cognitivo) como no significado

conotativo (emotivo). Nesse último aspecto apresentado pelos autores, faz-se referência à dificuldade de se observar uma relação de equivalência, na medida em que a conotação está ligada à afetividade, à associação das ideias e à criação individual (subjetividade).

A sinonímia pode efetuar-se com relação ao aspecto lexical entre dois termos, também entre um termo e um sintagma ou entre dois sintagmas. Além disso, pode ser estudada sob os pontos de vista semântico e morfológico de formação dos termos. Desse modo, a análise semântica dos termos admite distinguir termos sinónimos e parassinónimos; a cada termo corresponde um sentido (*significatum*) e a formulação do sentido é o definido. O sentido determina semanticamente o lugar do termo no sistema terminológico e a sua relação com os termos semanticamente próximos. Algumas vezes, essa relação é semântica paradigmática; em outras circunstâncias, no contexto de uma comunicação especializada, encontram-se relações semânticas sintagmáticas. Outro ponto interessante é que essas relações distinguem os sinónimos paradigmáticos (substitutos) dos sinónimos sintagmáticos (contextuais).

Segundo Contente e Magalhães (2005:3), no seio de um sistema terminológico, a sinonímia deve ser limitada com o objetivo de uma harmonização, facilitando uma comunicação não-ambígua. Conseqüentemente, certas colisões sinonímicas, que podem interferir numa certa clareza discursiva, deveriam ser evitadas.

Esta definição é compartilhada por outros terminólogos. Cabré, por exemplo, afirma que duas unidades são sinónimas quando designam um mesmo conceito e, a partir dessa definição, apresenta aquela que entende ser a classificação deste fenómeno:

- Sinonímia entre uma denominação e a sua definição;
- Sinonímia entre uma denominação e uma ilustração do mesmo conceito;
- Sinonímia entre termos equivalentes de duas línguas diferentes;
- Sinonímia entre denominações de diferentes línguas funcionais;
- Sinonímia entre denominações alternativas da mesma língua histórica.

Para Cabré (1993: 216), “em sentido estrito, la terminologia solo considera sinónimo las unidades formales, semanticamente equivalentes, que pertencen a una misma lengua histórica; y dentro de esta, las que pertencen a la misma variedad formal”.

Neste contexto, só seriam sinónimos os termos que estão dentro de uma mesma variação regional e social e que tenham realmente equivalência semântica e os termos teriam de ser analisados sincronicamente, isto é, em dado momento histórico.

Contente (2008: 197) afirma que “a sinonímia lexical entre termos ou sinonímia terminológica tem por objetivo os sinónimos terminológicos ou termos de uma série sinonímica formalmente diferentes, mas com a mesma significação, constituindo um campo semântico comum, onde é possível observar uma sinonímia terminológica completa”.

Quando existe sinonímia, a escolha do termo adequado depende da frequência do seu uso em discurso especializado. Estas diferenças entre sinónimos podem refletir a variação e a diferença do nível de especialização do termo. Dubuc (1981).

Segundo Contente (2008), é necessário distinguir entre sinónimos pertencentes a épocas e registos diferentes e sinónimos utilizados por grupos de especialistas diferentes.

Para a autora, o termo sinonímia interlinguística designa as diferentes denominações usadas para expressar o mesmo conceito em sistemas linguísticos distintos. Porém, para outros especialistas, o termo usado para descrever este fenómeno é equivalência interlinguística, considerando-o mais adequado ao contexto das línguas de especialidade. Verifica-se, assim, uma variação na utilização deste termo, (Contente 2008).

## Capítulo III: METODOLOGIA

### 3.1.O *corpus*

Guilherme Fromm (2003: 69-76) define *corpus* como uma coleção de textos reunidos de áreas variadas ou não, com propósito específico de análise. O primeiro objetivo da constituição de um *corpus* parece ser o da recolha e seleção documental de textos representativos, seguindo critérios estabelecidos, que serão objeto de estudos linguísticos descritivos, com base em ocorrências reais, e que levarão, certamente, a uma discussão teórica solidamente fundada na descrição da realidade linguística desses mesmos textos.

Um *corpus* pode definir-se, assim, “[...] não só por fatores tão importantes como a sua dimensão, constituição, diversificação, estrutura e dinâmica de atualização, mas, também, decididamente, pela variedade de utilizações que proporciona.” (Nascimento: 2002). O *corpus* é normalmente constituído por um suporte de informação de natureza gráfica, visual ou áudio. Segundo Sardinha (2007), para a validação de um *corpus*, devem ser considerados os seguintes critérios: critério do tamanho, critério do domínio e critério da autenticidade.

Quanto ao critério do tamanho, este é determinado pelo número de formas que o texto pode apresentar. Sardinha (2000: 7) determina 5 (cinco) possíveis tamanhos de apresentação de um *corpus*.

Tamanho em palavras	Classificação
menos de 80 mil	Pequeno
80 a 250 mil	pequeno/médio
250 mil a 1 milhão	Médio
1 milhão a 10 milhões	médio/grande
10 milhões	Grande

Tab.2. Tamanho do *corpus*

A base de trabalho desta dissertação fundou-se na constituição de um *corpus* textual escrito de especialidade, recolhido no gabinete jurídico do Ministério do Ensino Superior de Angola.

Os dados foram recolhidos a partir de documentos produzidos no referido gabinete durante todo o mês de junho de 2016. Os documentos foram elaborados por quatro técnicos, dos dois departamentos que constituem este gabinete, nomeadamente o departamento do contencioso e a produção legislativa. Foram recolhidos 102 documentos, que constituem todo o material produzido nesse mês em específico no referido gabinete. A amostra foi selecionada com base num critério aleatório, sendo escolhido um único mês, e toda a informação foi recolhida sistematicamente dentro daquele período temporal.

O departamento jurídico analisou a documentação recolhida e, dada a matéria tratada nalguns documentos, de carácter sigiloso, que nos impedia de poder tratar e divulgar a informação, cedeu-nos 82 documentos para nossa análise e estes constituíram o *corpus* final, ainda que o carácter sigiloso se mantenha e que os documentos fonte não possam ser divulgados na íntegra, uma vez que contêm nomes de pessoas, nomes de instituições e referências pessoais que não podem ser tornados públicos.

Desta forma, tendo em conta a necessidade imperiosa de podermos continuar a guardar sigilo, decidimos que iríamos tratar o *corpus* manualmente, uma vez que a pesquisa de termos dentro dos documentos careceria sempre de uma seleção humana manual, que não conseguiria ser feita de modo automático com recurso a ferramentas informáticas, tanto quanto sabemos.

Selecionámos 30 termos jurídicos, e estes constituíram o nosso *corpus* de especialidade. Apresentamos tabela com os termos selecionados, bem como o número de ocorrências total nos documentos fonte. Os termos foram ordenados por frequência descendente.

Forma	Frequência	Forma	Frequência
Artigo	374	Legislativo	40
Decreto	338	Recursos	38
Termos	186	Apoio	37
Parecer	142	Natureza	37
Contrato	120	Provimento	33
Dossier	77	Alvitrar	32
Despacho	68	Disposto	30
Processo	67	Pressuposto	30
Conformidade	56	Tutela	29
Acima	55	Mobilidade	25
Diploma	54	Quadros	24
Emitir	49	Ato	23
Administrativo	42	Administrativa	22
Exposto	41	Reforma	22
Propor	41	Agente	21

Tab.2. De forma e frequência

Com base nestes números, verifica-se que o *corpus* que seleccionámos para este trabalho pode ser classificado como de tamanho pequeno, de acordo com os critérios atrás enunciados, sendo um *corpus* de especialidade, onde se valorizou a amostra em detrimento de um maior alargamento do *corpus*, mais representativo.

### 3.2. Tipologia das fontes documentais utilizadas

Tratando-se de um corpus de especialidade, importa conhecer a especificidade dos documentos onde foram recolhidos os termos que integram o *corpus* em análise. Foram consideradas três tipologias de documentos, a saber, Parecer, Despacho e Regulamento Interno.

Entende-se por Parecer um documento que espelha a opinião técnica e/ou científica sobre um ato, servindo de base para a tomada de decisão (Bellotto, 2008: 78). Os pareceres são normalmente elaborados por técnicos do gabinete jurídico e submetidos à avaliação do diretor, que, por sua vez, os submete à avaliação do Ministro.

Despacho, segundo Bellotto (2008: 63), é uma regra legal cuja execução é da competência do poder executivo. O despacho, a exemplo do parecer, é também um documento elaborado pelos técnicos do gabinete jurídico; porém, diferencia-se pelo facto de o despacho ser um documento decisório que faz referência a uma nomeação, uma exoneração, um deslocamento, um reenquadramento, entre outros tipos de decisões.

Pode definir-se Regulamento interno, de acordo com Bellotto (2008: 85), como um conjunto de normas que regem o funcionamento de uma subdivisão hierárquica e administrativa de uma determinada instituição, pública ou privada. O regulamento interno é um documento de cumprimento obrigatório para os profissionais que trabalham na área.

### 3.3. Candidatos a termo

Candidatos a termo são todas as palavras capazes de se transformarem em termo após a validação de um especialista. Os candidatos a termo foram extraídos manualmente do *corpus*, tendo sido igualmente registada a frequência e a concordância de determinada combinatória linguística.

O candidato a termo pode ainda ser extraído através da averiguação da ocorrência de determinado termo no *corpus*. Contudo, vale lembrar que o critério de

frequência não é o mecanismo mais fiável na determinação do termo, pois, em determinadas situações, termos com menos ocorrência que façam referência a um conceito do domínio em análise são considerados candidatos a termo.

Elaborámos uma tabela de candidatos a termos, extraídos a partir da forma “pivot”. Pelo facto de o nosso estudo ser referente a sinónimos terminológicos, decidimos apenas analisar os termos que apresentavam conceitos equivalentes.

Candidatos a termos	Numero de ocorrências	Candidatos a termos	Numero de ocorrências
Contrato	120	Exposto	41
Conformidade	56	Transferência	30
Transferência do funcionário	08	Mobilidade de funcionário	07
Mobilidade	25	Provimento definitivo	05
Concurso de adjudicação	03	Protocolo de cooperação	02
Reforma por velhice	03	Medida disciplinar	02
Pressuposto para mobilidade	04	Imunidade	01
		Regime	03
Reenquadramento	04	Protocolo de cooperação	02

Tabela 3: Candidatos a termo

Depois de recolhermos os candidatos a termos, passámos à análise dos sinónimos encontrados.

### 3.3.1. “Transferência” e “mobilidade”

Tipo de sinonímia	Definição	Exemplo	Contexto no <i>corpus</i>
Sinonímia entre termos sintagmáticos diferentes e ou prefixos diferentes.	Estas sinonímia pode ainda ser chamada de sinonímia de sintagmas determinados diferentes ou multissinonímia, pelo facto de apresentar varias denominações para um único conceito.	Transferência e Mobilidade	<p>“As razões que estão na base da <b>transferência</b> por iniciativa do funcionário [...]”.</p> <p>“[...] constituem pressupostos <b>para a mobilidade</b> do funcionário público os seguintes [...]”.</p>

Os termos “transferência” e “mobilidade” poderão ser considerados sinónimos, pelo que importa observar as definições legais a estes associadas, bem como o seu comportamento no *corpus*.

O termo “mobilidade” vem plasmado no Decreto 113/13 de Junho, artigo n.º1), como o procedimento administrativo a observar pelo pessoal vinculado ao sector público administrativo em caso de transferência, deslocamento e permuta.

A “transferência” é também um procedimento administrativo utilizado pelo pessoal vinculado ao sector público, em caso de deslocamento. No entanto, esta definição da transferência foi uma interpretação a *contrario sensu* que fizemos ao artigo n.º1 do decreto em análise, tendo em conta ao facto de a transferência estar enquadrada como processo administrativo de mobilidade.

Assim, estes termos, apesar de, no contexto do *corpus*, se apresentarem como sinónimos, funcionam claramente, em outros contextos, numa relação de hiponímia/hiperonímia, pois a mobilidade estabelece uma relação de hierarquia (hiperónimo) com a transferência (hipónimo); e não uma relação de equivalência, que caracteriza as relações sinonímicas. Desta forma, parece estarmos, portanto, diante da

formação de falsos sinónimos. Os termos não foram, assim, considerados sinónimos e foram considerados autonomamente.

### 3.3.2. “Pensão de Reforma” e “Reforma por Velhice”

Os termos “pensão de reforma” e “reforma por velhice” são usados, no *corpus*, em contextos que podem ser considerados equivalentes: Importa, por isso, observar as definições legais que suportam os termos.

Tipo de sinónimo	Definição	Exemplo	Tipo de sinónimo
Sinonímia denominativa sintagmática eponímica por extensão e ou por precisão semântica.	Esta sinonímia pode ainda ser caracterizada por apresentar sintagmas denominastes diferentes, pelo apagamento do determinado no primeiro para de sinónimo.	Pensão de reforma por velhice. Refor ma por velhice.	“reforma por velhice, mais nada obsta que os órgãos da administração”[...].” “Pensão de reforma por velhice corresponde a atribuição de valor” [...].

“Pensão de reforma por velhice” é o termo usado para descrever a atribuição de abono de velhice aos trabalhadores que preenchem as condições previstas pelo Decreto 40/08 de 2 de Julho.

Neste caso, em concreto, pensamos que se trata de um único termo, em que entendemos que esta sinonímia possa ter sido criada de forma consciente pelo redator, por truncamento, utilizando o princípio da economia linguística. Este comportamento

levou à redução de um dos sintagmas, fazendo com que, do ponto de vista semântico, se perca uma importante informação a respeito do termo.

Desta forma, propomos que deva ser utilizado o termo “pensão de reforma por velhice”, ao invés do termo reduzido.

### 3.3.3. “Processo disciplinar” e “procedimento disciplinar”

Os termos “processo disciplinar” e “procedimento disciplinar” são usados indiscriminadamente no *corpus*, sem que o critério de frequência permita ver tendências no uso preferencial de um ou de outro termo.

Tipo de Sinonímia	Definição	Exemplo	Contexto no <i>Corpus</i>
Sinonímia entre termos sintagmáticos cujo formante é parcialmente diferente.	Esta sinonímia denominativa, é caracterizada pela diferença existente entre os sintagmas de formação (denominante), do termo.	Processo disciplinar. Procedimento disciplinar.	“... Processo disciplinar tal como previsto na Lei 2-A/83, de 25 de Março [...]” “... instaurar o competente procedimento disciplinar [...]”

Nos termos da lei 2-A/83, de 25 de Março, o “processo disciplinar” é o mecanismo a ser aplicado a um funcionário que, no exercício das suas funções, pratique atos que violem quaisquer deveres correspondentes à função que exerce.

“Procedimento disciplinar” é todo o meio através do qual se efetiva a responsabilidade disciplinar do funcionário ou agente que pratica determinada infração.

Na análise realizada ao *corpus*, verificamos que as duas denominações fazem referência ao mesmo conceito. Porém, apesar da relação de sinonímia que elas

estabelecem entre si, é notável a existência de diferenças semânticas nos sintagmas que os compõem, apesar de ambos os termos serem denotativos e descritivos.

“Processo” ressalta, na sua definição, uma ação em concreto, sendo esta uma característica do termo jurídico; Já no “procedimento”, enfatiza-se um meio a usar para a resolução de um facto, com características gerais. Desta análise, constata-se que a escolha de uma denominação em detrimento de outra é feita com a intenção de destacar determinadas características do conteúdo no texto, sem ter noção da possibilidade de estar a criar uma ambiguidade.

### 3.3.4. “Ato de adjudicação” e “adjudicação”

Observe-se o comportamento dos termos “ato de adjudicação” e “adjudicação”:

Tipo de Sinónimos	Definição	Exempl o	Contexto no <i>Corpus</i>
Sinonímia entre um termo sintagmático um termos simples formado pelo apagamento do denominado.	Esta sinonímia sintagmática é caracterizada pela existência de um dos termos expandido e o outro especificado, por um determinante, ou seja, há um apagamento em um dos sintagmas denominado.	Ato de adjudicação. Adjudic ação.	“... Que se introduza um artigo que fale sobre o ato de adjudicação. [...]” “... Adjudicação nos termos do artigo 98 [...]”

O “ato de adjudicação ou (adjudicação)” é o ato judicial que concede posse e propriedade de bens, móveis ou imóveis, a particulares ou pessoas coletivas públicas.

Os sinónimos acima referenciados são caracterizados pela redução na apresentação de um dos sintagmas denominantes. Este comportamento é chamado apagamento de um dos sintagmas e expansão do outro. Neste caso em concreto, verificou-se o apagamento do determinando descritivo ( formante ). Este comportamento dá maior destaque semântico ao especificador ou determinante “adjudicação”, tornando possível a sua utilização sem denominado ou formante, unicamente como substantivo.

Face ao exposto, propõe-se que se deva sempre utilizar o termo completo, “ato de adjudicação”.

### 3.3.5. “Procedimento Concursal” e “Procedimento Concursal Sem Apresentação”.

Importa, em primeiro lugar, ver as definições jurídicas associadas a cada um dos casos e tentar perceber a sua aplicação na realidade escrita do *corpus* em análise:

Tipo de Sinónimos	Definição	Exemplo	Contexto no corpus
Sinonímia entre termo sintagmático e termo simples, caracterizada pelo apagamento do determinante.	Esta sinonímia é caracterizada pela existência de um dos sintagmas expandido, e o outro sintagma com o determinante apagado.	Procedimento concursal. Procedimento concursal limitado sem apresentação de candidatura.	“...Procedimento concursal [...].” “...O procedimento concursal limitado sem apresentação de candidaturas [...].”

“Procedimento concursal limitado sem apresentação de candidatura” (procedimento concursal) é o meio através do qual se estabelecem os requisitos a cumprir na assinatura de determinado contrato.

Neste caso, verifica-se uma sinonímia entre um termo sintático e um termo simples, caracterizada pelo apagamento do sintagma determinante. No segundo par de um dos sinónimos, este processo muitas vezes acontece como um recurso estilístico que o redator estabelece na altura da elaboração do texto. Contudo, este comportamento muitas vezes compromete a compreensão da informação que o conceito pretende passar, bem como cria sinonímia, como é o caso em concreto.

Propõe-se, assim, a utilização sistemática do termo completo.

### 3.3.6. “Acordo de Cooperação” e “protocolo de cooperação”

Tipo de sinonímia	Definição	Exempl o	Contexto no <i>corpus</i>
Sinonímia entre termos cujos sintagmas determinados são totalmente diferentes.	Esta sinonímia é caracterizada pela diferença no sintagma formante ou denominante.	Acordo de cooperação. Protocolo de cooperação.	“Acordo de cooperação tem como objeto estabelecimento do quadro de intercâmbio.[...]” “Na generalidade, no que concerne ao objetivo plasmado no citado protocolo de cooperação. [...]”

“Protocolo de cooperação” é o termo usado para designar tanto acordos bilaterais como multilaterais, sendo estes formais ou complementares. Protocolo de cooperação é ainda a designação utilizada para descrever a ata final de um encontro ou conferência internacional.

“Acordo de cooperação” é o termo usado para denominar todos os atos bilaterais e multilaterais desenvolvidos dentro dos meandros nacionais ou internacionais.

Assim, a exemplo dos casos anteriormente apresentados, neste, constatamos também a formação dos sinónimos com denominantes diferentes que, em contexto diferente do apresentado no *corpus*, não constituem sinónimos.

No exemplo retirado do *corpus* apresentado acima, “acordo de cooperação” e “protocolo de cooperação” parecem ser hipónimos de “relações internacionais”, ou seja, estes termos são, na verdade, falsos sinónimos, pois ambos mantêm entre si uma relação diferente da relação de equivalência que caracteriza as relações sinonímicas.

A observação no *corpus* dos dois termos parece, assim, confirmar a necessidade de utilização de ambos, em função da situação concreta de uso, uma vez que não foram considerados sinónimos.

### 3.3.7. “Reenquadramento de Funcionário” e “Mobilidade de Funcionário”

Tipo de sinonímia	Definição	Exemplo	Contexto no <i>corpus</i>
Sinonímia entre termos cujos sintagmas determinados são totalmente diferentes.	Sinonímia caracterizada pela diferença formante denominante do termo.	Reenquadramento de funcionário Mobilidade de funcionário.	“...Estão na base do reenquadramento da funcionária. [...]” “...Pressupostos para a mobilidade da funcionária. [...]”

Os termos “mobilidade de funcionário” e “reenquadramento de funcionário”, no *corpus* em análise, são apresentados como sinónimos, caracterizados por terem sintagmas denominantes ou formantes diferentes. Noutros contextos, estes termos (mobilidade e reenquadramento) não são válidos como sinónimos, pois dentro de uma

hierarquia conceptual, o termo mobilidade é um hiperónimo do termo reenquadramento e transferência. Por este facto, entendemos que estamos diante de falsos sinónimos que, pela confusão semântica que causam, também são capazes de criar ambiguidade.

Neste caso, em concreto, foi possível ter esta perceção, porque o tipo de análise de sinónimos que desenvolvemos foi formal e semântica, tendo como perspectiva a diferenças existentes entre as formas e os significados na formação do termo.

Fazemos referência ao método de análise utilizado por nós, porque reparamos que o método mais frequente usado para analisar os sinónimos tem sido a avaliação das denominações no que toca às preposições e os artigos, sendo certo que, na avaliação dos sinónimos, as denominações podem ser diferentes, ou seja, terem formantes diferentes e o conteúdo ser o mesmo.

Quanto ao tipo de sinonímia encontrada no nosso *corpus*, destacamos o seguinte: sinonímia (relativa), denominativa sintagmática. Diante desta constatação iremos passar à fase de elaboração de uma proposta de harmonização dos sinónimos que identificámos no *corpus* em análise.

## **CAPÍTULO IV: PARA UMA PROPOSTA DE HARMONIZAÇÃO**

### **4.1. Normalização vs. Harmonização**

De acordo com Filho (2013: 126), a normalização é um processo institucional, pelo qual a fixação e a utilização de um termo ou de um conceito servirão para veicular e atender aos propósitos de comunicação de uma dada instituição ou entre instituições.

A respeito do processo de normalização, a TGT (Teoria Geral da Terminologia) defende a primazia do conceito e que os termos são designações que servem para reenviar para os conceitos. O conceito é, assim, o elemento fulcral na teoria desenvolvida por Wüster, quanto ao propósito da normalização. Em Cabré (1999), a atividade terminológica centra-se na compilação de conceitos e de termos, com o objetivo de assegurar a univocidade da comunicação profissional, principalmente no plano internacional, quando o propósito é o da normalização terminológica.

Cabré (1993) afirma ainda que a terminologia, para além de compilar termos de uma determinada área com finalidade informativa, tem também como objetivo fixar unidades terminológicas como formas normalizadas, como formas linguísticas de referência que descartam as demais variantes para designar um mesmo conceito.

O objetivo final é, assim, o da obtenção de uma comunicação profissional, precisa, moderna e unívoca. Defende, igualmente, que a utilização de terminologia normalizada contribui para uma comunicação eficaz e sem ambiguidades entre especialistas de uma determinada área. (Costa, 1993).

Faulstich (2001: 263) afirma que a “normalização/harmonização têm por fim atender às necessidades sociais e linguísticas do meio em que as terminologias científicas e técnicas precisam de ser criadas, implantadas e difundidas”.

Relativamente à questão da harmonização, a Norma ISO 1087-1 de 2000 refere a harmonização do conceito e do termo.

A harmonização do conceito é a atividade destinada à eliminação ou à redução de pequenas diferenças existentes entre dois ou mais conceitos que, de certa forma, estão relacionados entre si:

Concept harmonization – activity for reducing or eliminating minor differences between two or more concepts (3.2.1) which are already closely related to each other. (ISO 10871: 11).

Quanto à harmonização do termo, tem em consideração a designação do conceito em diferentes idiomas referentes ao termo em causa: “term harmonization – activity leading to the designation of one concept in different languages by terms which reflect the same or similar characteristics or have the same or slightly different form”. (*Ibidem*).

A problemática da normalização, criação de uma forma que funcione como modelo, relaciona-se com a uniformização da terminologia em áreas técnicas e científicas, especificamente com a vertente prescritiva da Terminologia (Cabré, 1999). Esta atividade é normalmente conduzida por organizações nacionais ou internacionais, tal como a ISO, a nível internacional (criada em 1947) ou o IPQ (Instituto Português de Qualidade), no caso português. Assim, a normalização depende de agências governamentais ou institutos privados, que visam constituir normas, ou seja, terminologias com força de lei, as quais são posteriormente transformadas em normas nacionais com validade de lei.

Neste caso, os glossários podem ser necessários, se não fundamentais, para preparar normas efetivas. A crescente relevância da prescrição terminológica resulta igualmente da necessidade de uniformizar o uso no seio de áreas de especialidade para elucidar a sua terminologia, ao nível dos conceitos, termos e definições. Esta uniformização provém da urgência de clarificar a comunicação entre especialistas da mesma ou de diferentes línguas, de modo a estabelecer uma comunicação monossémica e não-ambígua.

No processo de uniformização, participam terminólogos profissionais em cooperação com os especialistas da área em questão, juntamente com o pessoal editorial (editores e escritores técnicos) (Wright & Budin, 1997).

Para além da necessidade de harmonização em ambientes monolíngues, é essencial a gestão da terminologia multilíngue, para que se proceda à harmonização de conceitos e termos entre as várias línguas e se solucionem os problemas acarretados pelas fronteiras entre línguas diferentes.

No contexto da ISO, destaca-se o Comité Técnico 37 (CT 37), que se ocupa dos princípios e da coordenação da Terminologia, produzindo normas em Terminologia para normalizadores internacionais, cuja motivação se baseia em fornecer métodos uniformes para a Terminologia: dando assistência a órgãos de uniformização na gestão da sua terminologia, permitindo a comunicação do conteúdo e da aplicação das normas técnicas, auxiliando os especialistas a alcançar uma gestão terminológica mais eficaz e permitindo um acesso mais facilitado aos campos conceptuais representados pelas normas internacionais. Especificamente, a ISO 10241 prepara os fundamentos para a uniformização ao fornecer ferramentas internacionais para a Terminologia e um modelo para projetos de terminologia ao nível nacional, nomeadamente as fases da produção de normas terminológicas, isto é, planear a abordagem, compor a norma e apresentar os dados (Wright & Budin, 1997).

Falar de harmonização terminológica, segundo Pavel e Nolet, é falar de uma harmonização que “combina o desejo de precisão conceitual e correção linguística, adequação do termo à situação de comunicação e a eficácia da comunicação.” (Pavel & Nolet 2002: 30).

Para que se crie uma proposta de harmonização de um termo é necessário ter em conta a realidade linguística, bem como o contexto de utilização do termo em questão. Face à constituição de um *corpus* real, e à observação do comportamento dos termos seleccionados no contexto do *corpus*, pensamos que temos razões suficientes para podermos propor uma harmonização.

Uma vez determinados os sinónimos no texto em análise, elegemos o termo que, em nosso entender, é passível de ser harmonizado, pois, verificamos que reúne os requisitos para tal harmonização.

Para a nossa proposta de harmonização, seguimos o critério de propormos a harmonização de termos ao invés de harmonização de conceitos. Assim, elegemos os candidatos a termos supracitados, para harmonizar, partindo do princípio de que, na análise do *corpus*, encontramos mais dois termos que, em contexto, são utilizados para o mesmo conceito. Por este facto, entendemos que existe sempre a necessidade de harmonizar este termo, para ajudar a determinar qual é o termo correto para o referido conceito.

Os termos “Mobilidade de funcionário”, “transferência de funcionário” e “reenquadramento de funcionário” aparecem no nosso *corpus* utilizados como sinónimos, retomados no gráfico seguinte:

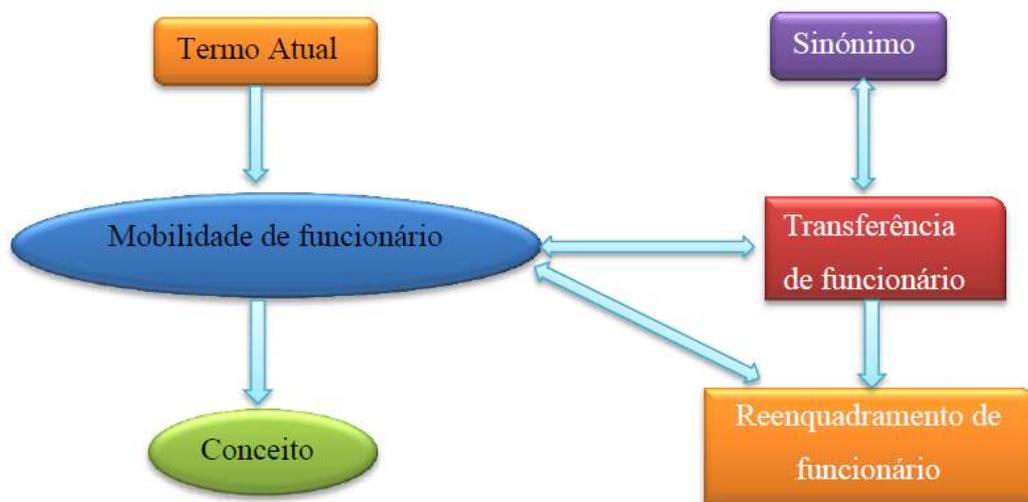


Gráfico 1.1- Harmonização do termo “mobilidade de funcionário”.

A mobilidade vem plasmada no decreto 113/14 de 13 de junho como o procedimento administrativo a observar, pelo pessoal vinculado ao setor público administrativo em caso de transferência, deslocamento e permuta. Desta forma, o termo harmonizado será “mobilidade de funcionário”



Gráfico 1.2.- Termo harmonizado “mobilidade de funcionário”

No que diz respeito aos termos “pensão de reforma por velhice” e “pensão de reforma”, o gráfico seguinte resume os vários termos equivalentes encontrados no *corpus*:

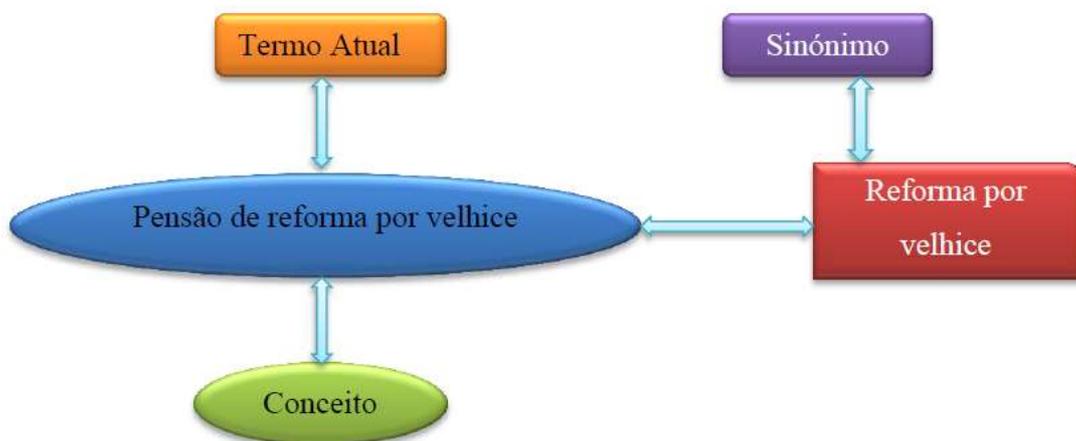


Gráfico 2.1. - .Harmonização do termo “pensão de reforma por velhice”.

A “pensão de reforma por velhice” é um termo usado para descrever a atribuição de abono de velhice aos trabalhadores que preenchem os requisitos previstos pelo decreto 40/08 de 2 de julho.

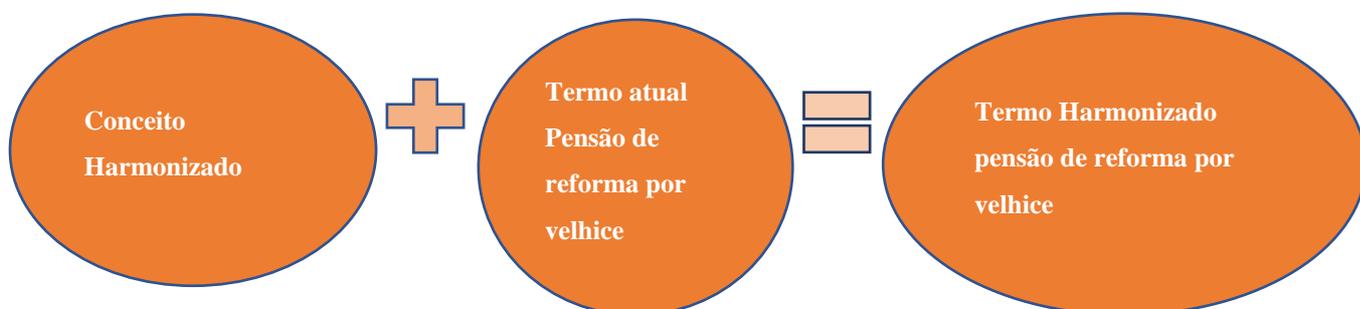


Gráfico 2.2. - Termo harmonizado “pensão de reforma por velhice”

O gráfico seguinte retoma os termos equivalentes no *corpus* relativos a “procedimento concursal”:



Gráfico 3.1. - Harmonização do termo “concurso limitado sem apresentação de candidatura”.

O “procedimento concursal limitado sem apresentação de candidatura” é o meio através do qual se estabelecem os requisitos a cumprir na assinatura de determinado contrato (contratação pública).

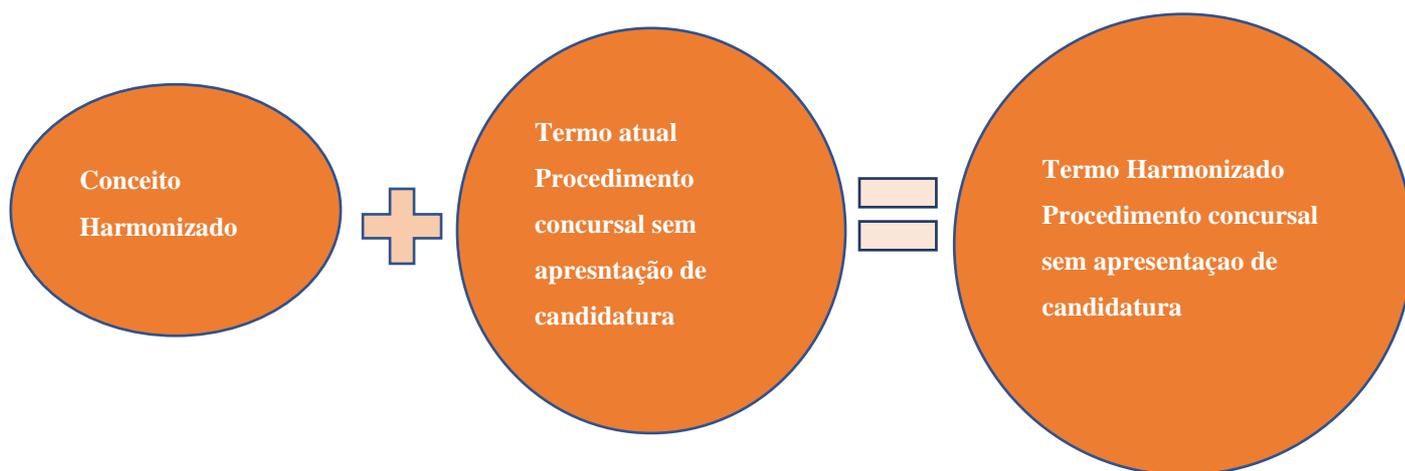


Gráfico 3.2. - Termo harmonizado “procedimento concursal sem apresentação de candidatura”.

O gráfico seguinte retoma os termos equivalentes “processo disciplinar” e “procedimento disciplinar”, atrás apresentados.

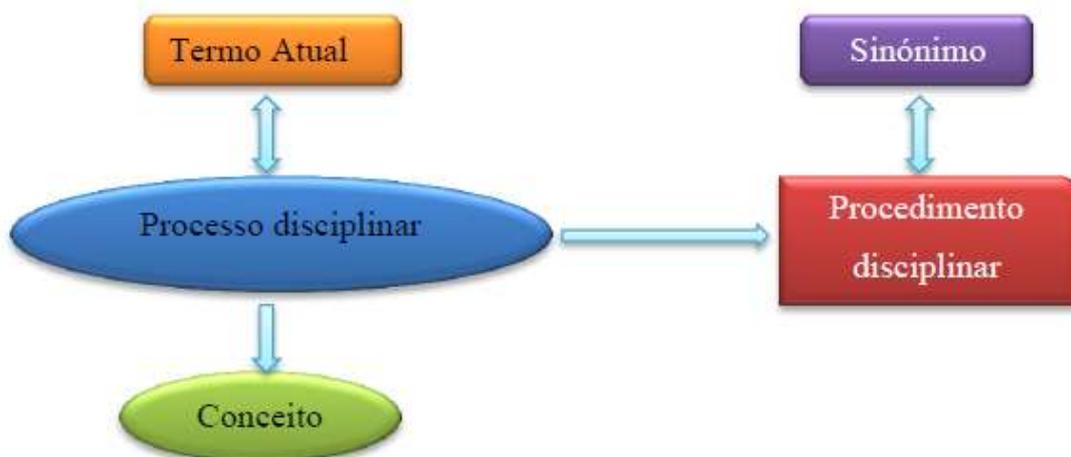


Gráfico 4.1. - Harmonização do termo “processo disciplinar”.

Nos termo da lei 2-A/83 de 25 de Março, o processo disciplinar é o mecanismo a ser aplicado a um funcionário que, no exercício das suas funções, pratique atos que violem quaisquer deveres correspondentes à função que exerce.

Desta forma, propomos a seguinte harmonização:

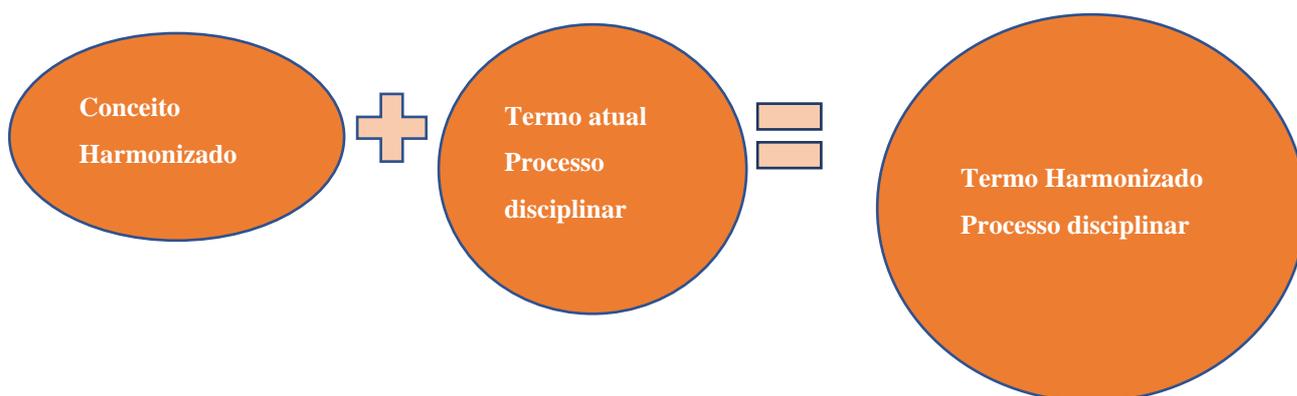


Gráfico 4.2. Termo harmonizado “processo disciplinar”

Face aos termos “ato de adjudicação” e “adjudicação”, estes coexistem no *corpus*:

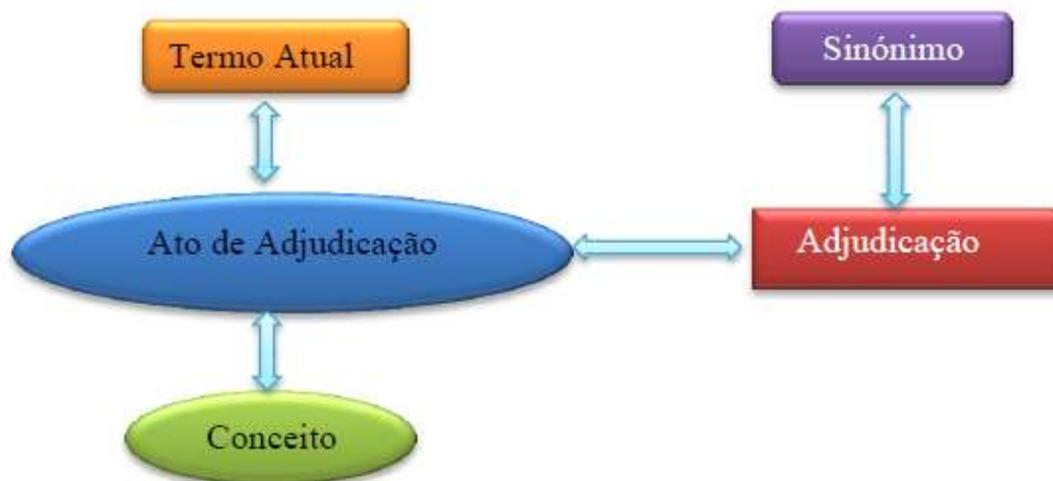


Gráfico 1.1. Harmonização do termo “adjudicação”.

“Ato de adjudicação” é o procedimento judicial de conceder posse e propriedade de bens móveis ou imóveis, a particulares ou pessoas coletivas públicas, mediante sentença judicial. Desta forma, o termo harmonizado que propomos é o seguinte:

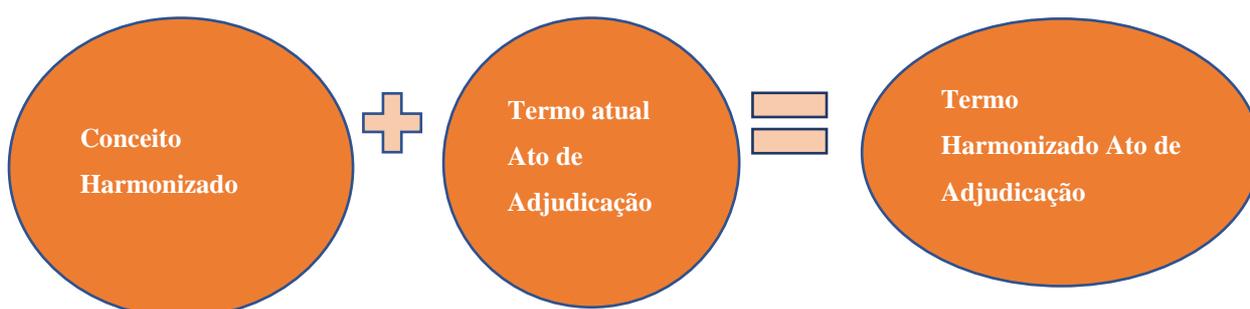


Gráfico 5-2- Termo harmonizado “ato de adjudicação”

O gráfico seguinte retoma os termos “acordo de cooperação” e “protocolo de cooperação”:

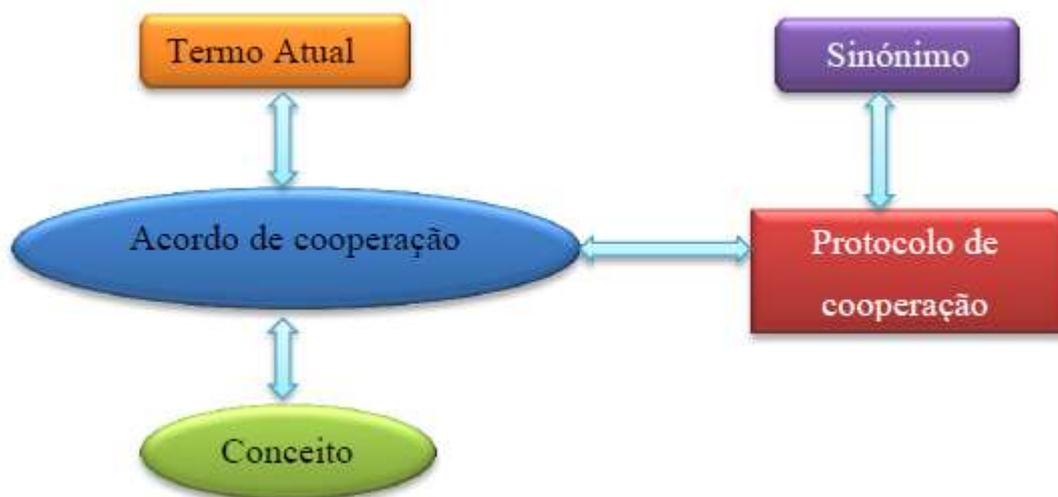


Gráfico 2.1. Harmonização do termo “acordo de cooperação”

“Acordo de cooperação” é o termo usado para denominar todos os atos bilaterais e multilaterais desenvolvidos dentro dos meandros nacionais e internacionais.



Gráfico 6.2. Termo harmonizado “acordo de cooperação”

Tendo em conta o domínio e a utilização destes termos pelos técnicos do gabinete jurídico, propomos que a terminologia a adotar para descrever estes conceitos seja a do termo atual, “acordo de cooperação”, pois parece refletir de forma mais clara o

seu âmbito de utilização. Propomos, ainda, que os demais termos que têm sido utilizados como sinónimos sejam eliminados ou evitados, para que se estabeleça uma comunicação clara e se amenize a ambiguidade que estes termos criam nos documentos elaborados no gabinete jurídico.

#### **4.2. Proposta de base de dados terminológica do Ministério do Ensino Superior**

Depois da harmonização dos termos, entendemos que é necessário existir um mecanismo que seja estruturado e constituído por termos especializados, capaz de garantir a organização da informação conceptual e linguística dos termos especializados, bem como ser uma ferramenta a usar na elaboração dos textos usados na instituição em análise. Esta ferramenta será uma *base de dados*, antecedida de uma ficha terminológica.

Segundo Costa (1993:93), a ficha terminológica é “um documento multifuncional e complexo que está subdividido em campos, podendo cada um deles ser objeto de pesquisa”, ou seja, “cada entrada corresponde a uma só unidade de conhecimento especializado, um só conceito”. (De Barcellos Almeida, 2009:17).

Face ao *corpus* de especialidade constituído, à análise dos contextos e à proposta de harmonização dos termos antes apresentada, propõe-se a criação de uma ficha terminológica, formada por onze (11) campos, capazes de fornecer aos destinatários toda a informação necessária sobre o termo em análise.

A ficha terminológica seria constituída pelos seguinte elementos:

1. Número da ficha terminológica (ID).
2. Momento de entrada da unidade terminológica (Data).
3. Campo onde introduziremos o termo (Entrada).
4. Local de extração do termo (Fonte de entrada).
5. Campo referente ao género e ao Número (Categoria gramatical)
6. Área de especialidade a que pertence o termo (Domínio).
7. Definição, campo que descreve o conceito designado pelo termo em entrada, ou seja, enunciado que descreve um conceito apresentado pela unidade

terminológica e permite diferenciá-la de outros conceitos no interior de um sistema conceptual” (Costa, 1993: 94).

8. Enunciado que permite atestar a existência do termo no discurso (Contexto).
9. Sinónimos, este campo será preenchido caso existam equivalentes em entrada.
- 10 Local de extração da definição (fonte de extração da definição).
11. Informação relevante relacionada com o termo (nota).

A ficha terminológica criada terá a seguinte configuração:

The screenshot shows the Microsoft Access interface for a database named 'BDT-MES'. The 'ficha terminológica' form is open, displaying the following data:

ID:		Definição:	procedimento administrativo a observar pela pessoa vinculada ao sector público em caso de transferência, delocação e premuta
Entrada:	Mobidade de funcionario	Fonte da Definição:	Decreto Presidencial n.º 113/13, de 3 de Julho, artigo nº1
Categoria Gramatical:	femenino	Contexto:	constituem pressupostos para a mobilidade do funcionario publico(...).
Sinónimo:	Transferencia de funcionario ,	Fonte de Contexto:	Nota n.º 327/34/GMES/2017, sobre o assunto em epigrafe: Solicitação de Transferência da Funcionária
Domínio:	Recursos humanos	Nota:	
Data:	20/08/2017		

The interface also shows a navigation pane on the left with 'ficha terminológica' selected, and a status bar at the bottom indicating 'Registo: 1 de 99'.

Pretendeu-se criar um formato acessível a qualquer utilizador em que o preenchimento dos vários campos prédefinidos não parece levantar dificuldades de maior.

As várias fichas terminológicas seriam organizadas numa base de dados, de modo a contribuir para melhorar a informação e comunicação institucional, bem como a produção dos discursos elaborados pelos técnicos do gabinete jurídico e, por conseguinte, garantir o acesso dos funcionários do Ministério do Ensino Superior a uma informação mais detalhada sobre os termos que constam da ficha terminológica e que irão compor a base de dados em apreço.

A base de dados será composta por termos monolíngues, num primeiro momento. Sugerimos também que seja gerida pelos técnicos do gabinete jurídico e que, por sua vez, estes fiquem com a responsabilidade de instruírem os demais técnicos da instituição das regras de utilização da base de dados.

Apresentamos imagem do ecrã da base de dados, onde se evidencia a ficha terminológica:

The screenshot displays the Microsoft Excel interface with a table titled 'ficha terminológica'. The table has 34 rows and 10 columns. The columns are: ID, Entrada, Categoria GI, Sinónimo, Domínio, Definição, Fonte da De, Contexto, Fonte de Co, Data, and Nota. The first three rows contain data, while the rest are empty. The first row is highlighted in yellow, and the 9th row is highlighted in blue.

ID	Entrada	Categoria GI	Sinónimo	Domínio	Definição	Fonte da De	Contexto	Fonte de Co	Data	Nota
1	Mobilidade de feminino		Transferencia d	Recursos huma	procedimento	Decreto Presid	constituem pri	Nota n.º 327/3	20/08/2017	
2	Pensão de ref. feminina		reforma por ve	Recursos huma	Pensao de ref	Decreto legis	A Pensão de R	Parecer n/ 20 /	21/08/2017	
3	Processo Dicio masculino		poedimento i	juridico	Processo dicio	Lei 3-A/83, de			23/08/2017	
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										
19										
20										
21										
22										
23										
24										

## CAPÍTULO V: CONCLUSÃO

Este trabalho foi fundado na observação direta de documentos reais, que foram constituídos num *corpus* de especialidade de termos jurídicos do Gabinete Jurídico do Ministério do Ensino Superior de Angola. Foi elaborado um *corpus* linguístico manualmente, dada a natureza sigilosa dos documentos textuais de onde foram retirados os termos. Esse *corpus* teve em conta os termos e os contextos em que estes se produziam nos documentos textuais fonte. O foco da análise centrou-se na proposta de termos sinónimos ou equivalentes passíveis de serem harmonizados.

A constatação da existência de sinonímia no *corpus* em análise permite-nos afirmar que este tipo de fenómeno é mais normal e frequente do que se pode imaginar na utilização da linguagem de especialidade, ou seja, em terminologia. Muitas vezes, este fenómeno é um fator causador de ambiguidade e até ruído na comunicação institucional, uma vez que o uso de determinados termos de forma desorganizada cria aquilo a que chamámos má qualidade na comunicação, principalmente institucional.

Constatamos que a existência deste fenómeno sinonímico, verificado no *corpus*, está associada a inúmeros fatores relacionados com a utilização do termo, desde o plano discursivo, ao parâmetro gramatical da língua de conceção dos discursos. São flagrantes as inúmeras reduções léxicas no *corpus* em análise, impulsionadas pelo uso frequente do princípio da economia linguística, como um recurso estilístico ou até mesmo como um ponto de ênfase do termo no discurso.

Este tipo de comportamento que constatamos no *corpus* em análise levou-nos a perceber que muitos dos sinónimos existentes foram criados e impulsionados pelo comportamento dos técnicos que elaboraram os textos, por desconhecerem as regras para elaboração de um documento institucional, e também por uma certa prática reiterada de estilização, para evitar a repetição dos mesmos termos no discurso.

Diante desta constatação, entendemos que urge criar alternativas capazes de suprir esta falta de formação dos técnicos, bem como elucidá-los de que existem técnicas que devem ser tidas em conta quando se está a redigir um documento de especialidade.

Elaborámos propostas de harmonização para os vários termos sinónimos e criámos fichas terminológicas, organizadas numa base de dados.

Caso o teor dos documentos que serviram de base ao corpus não contivesse nomes ou situações que nos obriguem a sigilo, teria sido interessante a constituição de um *corpus* total, trabalhado com recurso a um Programa de Concordâncias, que permitiria obter listas de palavras totais de todas as formas diferentes.

Futuramente, o *corpus* aqui coligido poderá ser alargado, não só aumentando o número de documentos a analisar, mas, sobretudo, alargando a possibilidade de aumentar a lista de termos jurídicos. Contudo, face à limitação temporal para a elaboração do presente trabalho, este alargamento não pôde ser concretizado neste ensejo.

Com este trabalho, pretendemos auxiliar os técnicos e o Ministério do Ensino Superior a desenvolverem uma metodologia eficaz e especializada para melhorar a elaboração dos textos institucionais produzidos, bem como criar uma maior clareza na perceção da informação que é fornecida ao utente dos serviços prestados pelo Ministério do Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AITO, E., & IGWE, C. (2013). Études onomasiologiques et sémasiologiques des technolectes et des unités terminologiques complexes. Editora, Linguistik online, 46 vol (2).
- ALVES, I. M., DE JESUS, A. M. R., MARONEZES, B. O., de OLIVEIRA, L. P., & PEREIRA, E. S. (2009). *Estudos lexicais em diferentes perspectivas*. São Paulo: FFLCH/USP.
- ANTIA, B. E. (2000). *Terminology and Language Planning. An Alternative Framework of Practice and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins/ Publishing Company.
- ARAUJO, M. D. (2006). *A elaboração de um dicionário terminológico da economia: Aspectos da sinonímia nos discursos especializados* [Doctoral dissertation], Universidade de São Paulo.
- BALDINGER, K. (1966). Semasiologia e onomasiologia. *ALFA: Revista de Linguística*, v9. (Edição de Ataliba.T. Castilho).
- BARBOSA, H.G. (1999). *Procedimentos técnicos da tradução: Uma nova proposta*. Campinas: Pontes.
- BARROS, L. A. (2004). *Curso básico de terminologia*. São Paulo: Edusp.
- BECHARA, E. (1977). *Moderna gramática portuguesa*. (37ª Edição) São Paulo, Editora Nova Fronteira.
- BELLOTTO, H, Lliberalli, (2008). *Como fazer análise diplomática e analisar a tipologia de documentos arquivados*, vol 8. Arquivo de Estado, São Paulo.
- BEVILACQUA, C. R. (1999). *Unidade fraseológicas especializadas: Estudo de la question y perspectivas*. L [Trabalho de pesquisas]; Barcelona Universitat Pompeu Fabra, Institut universitari de lingüística Aplicada.
- BLAIS.E.(1993). *La phraseologie. une hypothèse de travail*. In : terminologies Nouvelles Bruxelles , n.10.
- BOURIGAUULT D. & JACQUEMI C. (2000), *Construction de ressources terminologiques*. In J.-M. Pierrel (éd.), *Industrie des langues*, Hermès, Paris, pp. 215-233.
- BRAGANÇA.J.A.(1999). Considerações acerca da fraseologia, sua aplicabilidade na idade média. *Revista Filosófica*, vol(5).

- BYRNE, J. (2010). *Technical Translation. Usability Strategies for Translating*. Technical, Documentation, Dorchecht: Spriger.
- CABRÉ, M. T. (1993). *La terminologia: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Ed. Antártida ; Empúries.
- (1998). *Terminology: Theory, methods and applications*, Philadelphia PA, John Benjamins, [transl. of *La Terminologia. La teoria, els mètodes, les aplicacions*, Barcelona, Emúries, 1992].
- (1999). *La terminología: representación y comunicación*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada de la Universitat Pompeu Fabra.
- (2002). Una Nueva Teoria de la Terminologia: De la Denominación a la comunicación. In *Terminologia, Desevolvimento e Identidade Nacional*, actas do VI Simposio Ibero-americanode terminología. Org. por Margarita Correia, Edições colibri. Lisboa.
- (2003). Theories of Terminology: Their description, prescription and explanation. *Terminology* 9(2), 163-199.
- (2005). *Terminología, terminografía y lexicografía*. Curso online: Terminología y necesidades profesionales. Barcelona: IULA, Universitat Pompeu Fabra.
- (1995). La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. *Ciência da Informação*, 24(3), Revista. (ibict.br).
- CAMPOS, M. H. C., & Xavier, M. F. (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARAPETO.C & FONSECA.F. (2014). *Administração, Moderna Qualidade Inovação*. (2ªEdição). Silabo.
- CARVALHO, A.O. & Carvalho, M. B. P. A. (1975). *A semântica e a Classificação Decimal Universal: Ciência da informação*. (2ªedição). Vol 4. Brasília.
- Contente, M & Magalhães, J. (2005). *Sinonímia e tipologia contrastiva da sinonímia terminologia na medicina*. *Debate terminológico* ISSSN:1813-1867.
- Contente. M. Marques. (2008). *Terminocriatividade, sinonímia e esquivelência interlinguística em medicina*. [dissertação, de mestrado] Universidade Nova de Lisboa.
- CRUSE, D. A. (2004). *Meaning in Language - An introduction to semantics and pragmatics*. U.K.: Oxford University Press.

- DESMET, I. (2002). A análise do sentido em terminologia: teoria e prática da definição terminológica. *Tradterm*. Revista Usp.
- DOMINGOS, C. (2016). *Sinonímia Terminológica nos Documentos Produzidos nos Recursos Humanos do Ministério da Cultura de Angola* [dissertação de mestrado]. Universidade nova de Lisboa.
- DUBUC.R.(1981). *Considerations sur la différenciation des synonymes*. *L'actualité terminologique*, v .14n.1-2.
- EVERS, V. J. (2010). *Terminologie et traduction* [dissertação de mestrado]. Utrecht University Repository.
- FALZON.P, (1986). *La communication orale homme-homme: un modèle de référence pour la communication orale homme-machine?* (Technical Report). Centre de Recherche en informatique de Nancy.França
- FAULSTICH, E., & Oliveira, M. M. D. (2007). Para que serve um dicionário analógico? Um estudo de lexicografia comparativa. *Revista Intercâmbio dos Congressos Internacional de Humanidades* (UnB),V.X 1-16.
- FAULSTICH, Enide (2001), *Aspectos de terminologia geral e terminologia Variacionista*, Instituto de Letras (IL), Universidade de Brasília (UNB).
- FELBER, H. (1984). *Terminology Manual*, Vienna: Infoterm.Revista UNESCO.
- FELBER, H. (1987). *Manuel de terminologie*. Paris, UNESCO/Infoterm.
- FERNANDES.N. (2009). *Relações Semânticas de Sinonímia e Antonímia: Contributo para o Desenvolvimento da Competência lexical na aula de Português, Língua Estrangeira*. Faculdade de Letras -Universidade do Porto, Portugal.
- FILHO.C.(2013). *Polissemia nominal diacrónica. Relações lexicais a partir de corpora*. [dissertação de mestrado] Universidade Nova de Lisboa.
- FROMM, Guilherme (2003), O Uso de corpora na Análise linguística. *Revista Factus*, São Paulo.
- GAMBIER, Y. (1991). Présupposés de la terminologie : vers une remise en cause. *Cahiers de linguistique sociale*. Université de Rouen, Mont- Saint-Aignan.
- GAUDIN, F. (2005) Point de vue d'un socioterminologue. In *Conférence TIA – 2005*. Rouen.
- GAUDIN.F.(1993). *Pour une Socioterminologie : Des problèmes sémantiques aux pratiques, intuitives*. Rouen: Publications de l'université de Rouen.

- GECKELER, D. (1984). *Semantica Estructural y Teoria del Campo Lexical*. [tese de doutoramento]. Marcos, Martinez. Estrutura Semântica Dentro da Fraseologia, Verbo e Estruturas fráscas (1987). Universidade de São Paulo.
- GOUADEC D. (1990), *Terminologie. Constitution des données*. Paris, Afnor.
- ILARI, R., & Geraldí, J. W. (2004). *Semântica*. São Paulo, Ática.
- ISO 860:2007 – *Terminology Work – Harmonization of Concepts and Terms*. ISSO
- ISO., International Standard Organization ISO. (2000). *Terminology work – vocabulary- PART 1: theory and application*. Geneva. ISO 1087-1: 2000.
- ISQUERDO, A. N & ALVEZ, I. (2001). As ciencias do lexico: lexicologia, lexicografia, terminologia. (Ed. Campo Grande): EdUFMS. vol2.
- KAGEURA, K. (2002). *The Dynamics of Terminology*. A theoretico-descriptive study of term formation and terminological concepts. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- KRIEGER, M. G. ARAÚJO, L. (2004). (ORG) *Caderno de tradução*, Porto Alegre: UFRGS, n17.
- KRIEGER. M. G. & FINATTO, M. J. B. (2004). *Introdução à terminologia: Teoria e prática*. São Paulo.
- L'HOMME M. C. (2002). Fonction lexicales pour représenter les relations sémantiques entre terme: Structuration de terminologie, A. Nazarenko et T. Hamon (eds.). *Traitement automatique des langues*, 43(1), 19-41.
- LARA, M. P. L., & Lima, V. M. A. L. (2015). *Introdução à Terminologia*.
- LE GUERN, M. (1989). Sur les relations entre terminologie et lexique. *Meta: Journal des traducteurs/Meta: Translators' Journal*, 34 (3), 340-343.
- Lello Univesal. (1997). *Dicionario Eciclopédico*. Lisboa. Lello Editora.
- LYONS, J. (1987). *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- LYONS, J. (1979). *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Nacional.
- MARGOTTI, F. W. (2010). Sinonímia e paráfrase. Algumas considerações a partir de dados do Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul-ALERS. *Linguagem em (Dis)curso*, 3(2).
- MARTINS, A. F. C. (2009). *Terminologia da indústria do alumínio* (Master's thesis, Universidade Federal do Pará).

- MATIAS, M, P. (2011). *Lingua de Especialidade e Tradução* [Relatório de Estágio de Tradução]. Universidade de Lisboa .
- MERTENS, P. (2006). *Verbum ex machina (TALN vol. 2): Actes de la 13e conférence sur le traitement automatique des langues naturelles*. Volume 2 de Cahiers du CENTAL, Presses Univ. de Louvain.
- NASCIMENTO, M. F. B. do (2002). O lugar do *corpus* na investigação linguística. In Mendes, A. e T. Freitas (org.), *Actas do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (APL)*. Porto.
- PARC, F.(1993). Terminology: The Socio-cognitivé approach. In *II Simposio internacional de terminologia*. Barcelona: Unversitat Pompeu Fabra Institut universitari de Linguística Aplicada.
- PAVEL, S. (2003). A fraseologia na língua de especialidade. Metodologia de registo nos vocabulários terminológicos. In: FAULSTICH, E.; ABREU, S.P. *Linguística Aplicada à Terminologia e à Lexicologia: Cooperação Internacional: Brasil e Canadá*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003, p. 99-132.
- PAVEL, S., & Nolet, D. (2002). *Manual de terminologia*. Direcção de Terminologia e Normalização, Departamento de Tradução do Governo Canadense.
- REBOUL-TOURÉ, S. (2010). Définition terminologique et définition lexicographique: les néologismes de l'internet. *Publiforum*, 11.
- RODRIGUEZ, M.A. (2004). *Unidades Fraseologicas Francesas: Estudio en un corpus, la "Pentalogia de Belleville" de Daniel Pennac, planeamento didactico* . Universidade de Murcia.
- SAGER, J. C. (1998). *A practical course in terminology processing*. Amsterdam, Philadelphia: J. Benjamins.
- SANROMÁN, Á. I. (2000). *A unidade lexicográfica: palavras, colocações, frasesmas, pragmatemas*. Centro de Estudos Humanísticos-Universidade do Minho.
- SARDINHA, T. B. (2000) *Linguística de Corpus: Histórico e Problematizaçao corpus Linguistics; (History and Problematization)*. D. E.L.T.A., VOL .16;
- SARMENTO, L. (2009). A expansão de conjuntos de co-hipónimos a partir de colecções de grandes dimensões de texto em Português. In quot; In *Actas da 1ª Conferência em Metodologias de Investigação Científica (CoMIC'06)* (Porto 9 de janeiro 2006).

- SAUSSURE, F. de (1992). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa, Dom Quixote. (3ª edição). Silabo.
- SIQUEIRA, J. C. (2008). *As Noções de documento e informação*. Clube de Autores. São Paulo.
- TEMMERMAN, R. (2001). Teoria Sociocognitiva da terminologia. Tradução de Natacha Enweiler e Luiza Araújo. In KRIEGER, M.G. ARAÚJO, L. *Cadernos de tradução*, Porto Alegre :UFRGS, n17.
- TONDELA, R., (2016). *Variação em Textos Produzidos no Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos de Ensino Superior de Angola*. [dissertação de mestrado]. Universidade nova de Lisboa.
- ULLMANN, S. (1964). *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Traduzido por J. A. Osório Mateus. (4.ed. Lisboa): Fundação Calouste Gulbenkian.
- VIDAL, M. V. E. (2007). *Apuntes de semántica léxica*. Madrid: UNED.
- WRIGHT, S. E. BUDIN. G. (ed) (1997), *Handbook of terminology, Management*, vol 1, Philadelphia, Amsterdam, Joh Benjamins publishng.
- WUSTER, E. (1968). *Introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. Wiister, Eugen.

## SITOGRAFIA

- ALMEIDA, G, MARIA, B. MARGARIDA.C, *Terminologia*. Grupo de trabalho de lexicologia, lexicografia e terminologia do ANFOLL, Brasil 2009. <http://www.LetrasUfmg.br/gtlexn>. Acedido em 03/08/2017.
- BABINI, M. (2006). *Do conceito à palavra: os dicionários onomasiológicos*. *Ciência e cultura*, 58(2), 38-41. Disponível em: [https://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0807...](https://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807...) Acedido em 08/09/2017.
- CALISTRE, B. (2015). *Análise comparativa de termos arquivísticos em língua portuguesa*. Dissertação de Bacharel em Arquivologia, Faculdade e Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/135060/000987807.pdf?sequence=1>.

Acedido em 01/07/2017.

COSTA, M. R. V. (1993). *Terminologia da economia monetária: relações conceptuais e semânticas numa sistemática terminológica e lexicográfica* (Doctoral dissertation, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/12066>. Acedido em 26/06/2017.

DE BARCELLOS ALMEIDA, G. M. (2009). *A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática*. *ALFA: revista de Linguística*, 50(2). Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1413>. Acedido em 27/06/2017.

DE SOUSA, C. R. (2013). *Extração semiautomática de Hiperónimos e Merónimos*. Tese de Mestrado em Linguística Portuguesa e Comparada, Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/46006/1/Tese%20Catarina%20Sousa.pdf>. Acedido em 30/06/2017.

DEMAI, F. M. (2006). *Um dicionário terminológico da área de ortopedia técnica: descrição e análise* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). Disponível em [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../TESE\\_FERNANDA\\_MELLO\\_DEMAI.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../TESE_FERNANDA_MELLO_DEMAI.pdf). Acedido em 28/06/2017.

DEPECKER, L. (2002). *Entre signe et concept*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.

FERREIRA, R. V. (2015). *Glossário Terminológico básico da Teoria da Tradução: uma experiência com o e-Termos*. Dissertação de Mestrado em estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em <file:///C:/Users/HP/Downloads/Ferreira,%20Roosevelt.%20Gloss%C3%A1rio%20Terminol%C3%B3gico....pdf>. Acedido em 28/06/2017.

[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200015&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000200015&script=sci_arttext&tlng=en). Acedido em 28/06/2017.

JESUS, C. M. D. (2005). *Terminologia e Representação do Conhecimento do Domínio Específico da Geodinâmica Interna: uma abordagem ao subdomínio da actividade tectónica*. Dissertação de Mestrado em Terminologia e Tradução, Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/27591>. Acedido em 28/06/2017.

LARANJEIRA, R. P. G. (2013). *Desenvolvimento lexical: perspectivas e práticas de professores no 1.º ciclo do ensino básico* (Doctoral dissertation). Disponível em <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/3129/1/Desenvolvimento%20lexical.pdf>.

Acedido em 30/06/2017.

LOAN, N. T. (2016). *Proposta de um programa de Lexicologia para o curso de Língua Portuguesa do Departamento de Português da Universidade de Hanói*. Dissertação de Mestrado em Português Língua Segunda/ Língua Estrangeira, Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Disponível em [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_gdoc\\_id=884548](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=884548). Acedido em 30/06/2017.

SALES, R. D. (2012). *Teoria comunicativa da terminologia (TCT) como aporte teórico para a representação do conhecimento especializado*. Disponível em <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2845/1973>.

Acedido em 27/06/2017.

VIEIRA, P. M. F. P. (2010). *Da 1ª à 2ª versão da TLEBS. Análise comparativa das duas versões da TLEBS nas áreas da Semântica e da Análise do Discurso, Retórica, Pragmática e Linguística Textual*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Universidade Aberta. Disponível em [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1774/1/TMEPM\\_PaulaVieira.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1774/1/TMEPM_PaulaVieira.pdf).

Acedido em 29/06/2017.

### **Documentos oficiais**

Decreto 90/09/ de 15 de Dezembro ,que Estabelece as Normas de Gestao do Subsistema do Ensino Superior.

Decreto legislativo presidencial 40/08 de 2 de Junho que Estabelece o Regime de Proteção a Velhice em Angola.

Decreto 38/08 de 19 Junho que Estabelece o Regime Jurídico de Vinculação e de Contribuição da Proteção Social Obrigatória,em Angola

Lei 2/07 de 31 de Agosto, que Regula a Situação Jurídica dos Estrangeiros na República de Angola.



